



Tribuna da *Magistratura*

DOIS ANOS DE SUPERAÇÃO



Ministros do STF e cúpula do TJSP prestigiam posse da Diretoria e do Conselho da Apamagis

FLAM: MAGISTRADOS DA
AMÉRICA LATINA FAZEM
ASSEMBLEIA NA APAMAGIS

JAYME DE OLIVEIRA NO CNMP:
FOCO INSTITUCIONAL
E EXPERIÊNCIA ASSOCIATIVA

EDIÇÃO ESPECIAL

APAMAGIS

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MAGISTRADOS

A força da Magistratura paulista



Benefícios/Descontos | Defesa da categoria | Encontros da Magistratura

www.apamagis.com.br



www.facebook.com/APAMAGISoficial



www.instagram.com/apamagisoficial

EDITORIAL

Mais fortes e unidos

Na celebração de posse (dia 18/3) a presidente Vanessa Mateus reafirmou a mesma disposição que a elegeu em 2019 de defender a Magistratura Paulista, as prerrogativas dos magistrados e a independência e autonomia do Poder Judiciário. O diálogo foi, e sempre será a melhor ferramenta para atingir tais metas e, ainda, para consolidar a Associação como o braço político da Magistratura. É imperativo esse modelo de gestão, especialmente diante de embates acirrados que se anunciam. Nesta edição os desembargadores do Conselho Superior da Magistratura do TJSP expõem desafios e propostas para o biênio 2022/2023 – para elevar o protagonismo da Apamagis a níveis estadual e nacional. Com o retorno das atividades presenciais a Apamagis sediou a 69ª Assembleia Anual da Federação Latino-Americana de Magistrados (Flam). Jayme Martins de Oliveira Neto, em

entrevista, comenta sobre as contribuições que a Magistratura paulista pode levar ao Conselho Nacional do Ministério Público. Nos dois anos inusitados e intensos que marcaram o biênio 2020/2021, a Apamagis se reinventou, se valeu de recursos tecnológicos para manter a proximidade, em home office, e o atendimento aos associados, mesmo a distância. Nesse período, o contato com a cúpula do TJSP, por meio de lives da presidente Vanessa Mateus com o presidente, o vice e o corregedor, foi imprescindível para dirimir as dúvidas dos magistrados diante do novo momento de enfrentamento da Covid-19. Da mesma forma, a conversa com o relator da proposta do novo Código Penal se fez necessária. Essa experiência nos tornou mais fortes. Sigamos, então, em frente, de volta ao presencial, com união e altivez.

Foto da Capa: No alto, da esquerda para a direita: Fernando Bartoletti (conselheiro nato), Wagner Roby Gidaro (conselheiro), Antonio Maria Patiño Zorz (conselheiro), Walter Barone (1º vice-presidente), Thiago Massad (2º vice-presidente), Jayme Walmer de Freitas (conselheiro), Rogerio Marrone Sampaio (conselheiro), Cristiano Jarreta Coelho (conselheiro), Carlos Fonseca Monnerat (presidente do Conselho), Ettore Geraldo Avolio (conselheiro). **Embaixo, da esquerda para a direita:** Marcia Helena Bosch (conselheira), Sebastião Luiz Amorim (conselheiro), Rosangela Maria Telles (conselheira), Vanessa Mateus (presidente), Marcia Regina Dalla Déa Barone (conselheira) e Guiomar Sartori Oricchio (conselheira).

DIRETORIA EXECUTIVA

Vanessa Mateus
– presidente
Walter Rocha Barone –
1º vice-presidente
Thiago Massad – 2º
vice-presidente
Ademir Modesto de
Souza – secretário
Ricardo Felício Scaff
– secretário-adjunto
Thiago Massao Cortizo
Teraoka – diretor
financeiro
Homero Maion – diretor-
adjunto financeiro

DEPTO. DE IMPRENSA

Carolina Nabarro
Munhoz Rossi – diretora
Claudio Campos da Silva
– diretor-adjunto

DEPTO. DE

COMUNICAÇÃO
Flávia Poyares Miranda
– diretora
Flávio Fenoglio
Guimarães
– diretor-adjunto

CONSELHO EDITORIAL

Aloísio de Toledo César
Jayme de Oliveira Miguel
Petroni Neto
Thiago Elias Massad

SUPERVISÃO

EDITORIAL
Vanessa Mateus

PROJETO EDITORIAL

Avocar Comunicação

PROJETO GRÁFICO

Tommy Pissini

DIAGRAMAÇÃO

Demetrio Damiani

SECRETARIA DE

REDAÇÃO
Guto Gonçalves

EDIÇÃO

Beth Munhoz
Alessandro Soares

REPORTAGENS

Bárbara Garcia
Daniel Mori
Marcos Burghi

FOTOS

Alexandre Boiczar
Antônio Carreta (TJSP)
Ariane Martins
Ascom/TJMSP
Ascom/TRE-SP
Felipe Lampe
Klaus Silva (TJSP)

REVISÃO

Luciana Arroyo

COLABOROU NESTA

EDIÇÃO
Carlos Fonseca Monnerat

TIRAGEM

4.500 exemplares

IMPRESSÃO

Ogra Gráfica

ENDEREÇO E CONTATOS

Rua Tabatinguera, 140, sobreloja – São Paulo-SP • CEP 01020-901 • Tel.: (11) 3292-2200 • Fax: (11) 3292-2209 • apamagis@apamagis.com.br
PRESIDÊNCIA: presidencia@apamagis.com.br • **SECRETARIA:** secretaria@apamagis.com.br • **IMPRENSA:** comunicacao@apamagis.com.br • imprensa@apamagis.com.br • **CONVÊNIO:** convenios@apamagis.com.br • **INFORMÁTICA:** info@apamagis.com.br

GESTÃO ADMINISTRATIVA

Preservação do patrimônio

Sede administrativa passou por reforma e adequações e ganhou novos equipamentos e mobiliário

O principal pilar de sustentação da Apamagis é a gestão administrativa e, nesse biênio 2020/2021, foram grandes os desafios. O maior deles, a reforma da sede administrativa. Mesmo respeitando as restrições impostas pela pandemia, nada que fosse relevante deixou de ser feito neste projeto. Foram realizadas adequações, substituições de mobiliário, aquisições de equipamentos, com o objetivo de preservar, modernizar e valorizar o patrimônio da nossa Apamagis.

Na reforma, a proposta era dar mais amplitude aos espaços da sede administrativa, daí a opção por paredes de vidro, que garantem melhor iluminação, deixam o ambiente moderno e são mais fáceis de manter e limpar, sem contar que representam menor custo do que as de alvenaria.

Seguindo a estética dos novos espaços, móveis planejados foram instalados, possibilitando mais comodidade e facilidade no deslocamento dos colaboradores. ♦

O QUE FOI FEITO NA SEDE ADMINISTRATIVA

- Divisórias em vidro e alumínio
- Paredes de vidro e drywall
- Novas instalações elétricas
- Pintura
- Readequação do sistema de ar-condicionado
- Regularização de piso
- Substituição de mobiliário
- Reposição de utensílios para o restaurante
- Atualização do sistema de gestão Apamagis (Freenet) com melhorias operacionais



Biênio de muitas ações

Apamagis não parou nesses dois anos, mesmo com as dificuldades

O biênio 2020/2021 foi de muitos desafios para a Apamagis. Mesmo com todas as restrições sanitárias necessárias para combater a covid-19, todos os departamentos da Associação mantiveram suas atividades a fim de garantir o atendimento e o contato com os associados, dentro dos protocolos estabelecidos pelo Plano São Paulo.

Nesse período, a sede administrativa passou por uma reforma, tornando os espaços mais modernos, práticos e confortáveis; as colônias de férias receberam benfeitorias; inúmeras li-

ves foram realizadas, contando com a participação de membros da cúpula do TJSP, de políticos, do presidente do TRE-SP e de ministros do STJ; convênios para o aperfeiçoamento acadêmico foram firmados e ampliadas parcerias; houve a criação do projeto Magistrais e a adesão ao Clube de Leitura cresceu significativamente. Definitivamente, a Apamagis não parou.

Nas próximas páginas, apresentamos um balanço resumido do que aconteceu nos departamentos da Associação durante a pandemia.

GESTÃO ADMINISTRATIVA

Renovação na infraestrutura

Área social e colônias com melhorias e novos equipamentos



O balanço da gestão administrativa no biênio 2020/2021 registra, além das obras na sede administrativa, reformas em áreas da sede social e benfeitorias

nas colônias de férias. E demonstra que, nesse período, foram também adquiridos equipamentos para os Departamentos de Informática e de Comunicação: monitores de TV, notebooks, scanner, HDs e teleprompter. ◆



BENFEITORIAS

Sede Social

- Impermeabilização e revestimento das piscinas
- Construção de deck molhado
- Instalação de iluminação interna na piscina
- Instalação de banheiro acessível, sistema de armazenamento de água para reúso e tratamento de água
- Revisão das instalações hidráulicas
- Recuperação estrutural do subsolo
- Melhorias nas quadras de tênis 5 e beach tennis
- Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos
- Reposição e aquisição de utensílios e equipamentos na lanchonete e no restaurante
- Instalação de sistema de climatização

Colônia de Campos do Jordão

- Renovação de mobiliário para os chalés, sede e restaurante
- Aquisição de equipamentos e materiais
- Manutenção preventiva e corretiva dos chalés, sede, restaurante, espaço gourmet, bosque, piscina, quadra

Colônia de Ibirá

- Aquisição de equipamentos para os apartamentos e restaurante
- Reposição de utensílios e acessórios
- Serviços diversos de manutenção preventiva e corretiva dos apartamentos, restaurante, quadra de tênis e piscina
- Serviços diversos de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos

▼ Colônia do Guarujá

- Transferência da administração da colônia para o Grupo Harmonia, com previsão de investimentos para melhoria das instalações



Campos do Jordão: mobiliário renovado



Ibirá: manutenção preventiva e novos equipamentos



Guarujá: nova gestão da colônia com previsão de investimentos

FINANCEIRO

Prestação de contas

Assembleias, realizadas presencial e virtualmente, aprovaram previsão orçamentária

As contas da gestão 2020/2021 foram aprovadas em assembleias dos associados. A primeira reunião, em março de 2021, foi realizada presencial e virtualmente, em função da pandemia, e aprovou com louvor a prestação de contas do exercício de 2020, além da previsão orçamentária de 2021. Os 50 associados de todo o Estado que acompanharam pela plataforma Zoom acolheram os pareceres do Conselho Consultivo, Orientador

e Fiscal da Apamagis.

Em março de 2022, a Assembleia Geral Ordinária aprovou por unanimidade a prestação de contas do exercício 2021 e a previsão orçamentária para 2022. Dessa vez, o encontro reuniu 57 associados de forma presencial e 32, on-line.

A seguir, acompanhe a demonstração do balanço patrimonial da Apamagis e o desempenho das contas administradas: Centro Cirúrgico Hospitalar (CCH), Fundo Mútua, Fundo de Emergência e Fundo de Pecúlio. ♦



| ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MAGISTRADOS - APAMAGIS CNPJ 62.636.444.0001-75 Balanço Patrimonial 31/12/2021 | | | |
|---|-----------------------|---------------------------------------|-----------------------|
| ATIVO | | PASSIVO | |
| Ativo Circulante | | Passivo Circulante | |
| Caixas | 56.056,47 | Obrigações Trabalhistas | 312.270,25 |
| Bancos - Contas Movimento | 85.474,06 | Provisão Férias e 13º Salário | 756.474,52 |
| Bancos - Aplicações Financeiras | 37.085.318,58 | Fornecedores de Mercadoria e Serviços | 589.325,88 |
| Caixas e Bancos Apamagis | 37.226.849,11 | Obrigações Tributárias | 81.772,90 |
| | | Consignações e Repasses | 10.945.152,51 |
| Adiantamentos a Fornecedores | 421.381,90 | Adiantamentos de Clientes | 744.426,85 |
| Adiantamentos Benefícios Folha Pagamento | 140.593,86 | | |
| Consignações | 112.145.333,50 | | |
| | 11.776.509,26 | Total do Passivo Circulante | 13.429.422,91 |
| Total do Ativo Circulante | 49.003.358,37 | Passivo Não Circulante | |
| Ativo Não Circulante | | Provisões para Contingências | 1.968.448,00 |
| Contas Administradas | 15.031.893,26 | Bens de Propriedade de Terceiros | 154.678,18 |
| Depósitos Judiciais / Magiscred / Bens Terc. | 323.636,59 | | |
| | | Patrimônio Social | |
| Imobilizado | 57.497.844,81 | Patrimônio Líquido | 106.304.183,94 |
| Custo do Imobilizado | 69.293.028,72 | Resultado de Exercícios Anteriores | 91.547.371,86 |
| (-) Depreciação Acumulada | 11.795.183,91 | Reserva de Reavaliação | 10.689.348,75 |
| | | Resultado do Exercício | 4.067.463,33 |
| Total do Ativo | 121.856.733,03 | Total do Passivo | 121.856.733,03 |

Balanço patrimonial

Um ativo de R\$ 121,8 milhões, dividido em disponibilidades de R\$ 37,2 milhões e R\$ 11,8 milhões em adiantamentos e consignações, totaliza o ativo circulante de R\$ 49 milhões.

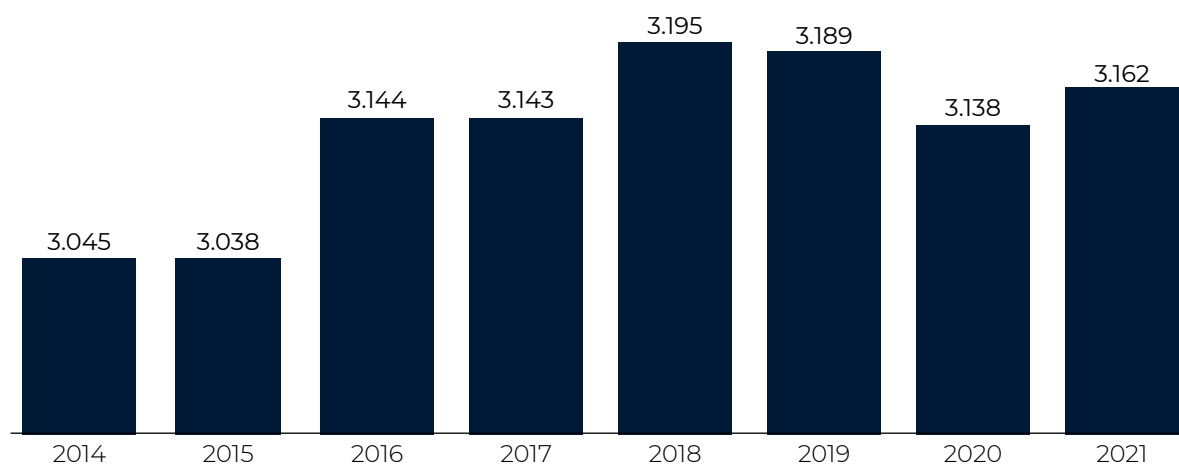
Nas contas administradas (CCH, Fundo de Emergência, Fundo Mútua e Fundo de Pecúlio) somam o montante de R\$ 15 milhões; outros depósitos no

valor de R\$ 323 mil. O patrimônio atualizado de depreciação demonstra o valor R\$ 57,5 milhões.

No grupo de passivo circulante, está escriturado o valor de R\$ 13,4 milhões e o não circulante, R\$ 2,1 milhões. O patrimônio social, composto pelo resultado dos exercícios ao longo da existência da Associação, somado à reserva de reavaliação patrimonial, totaliza o montante de R\$ 121,8 milhões.

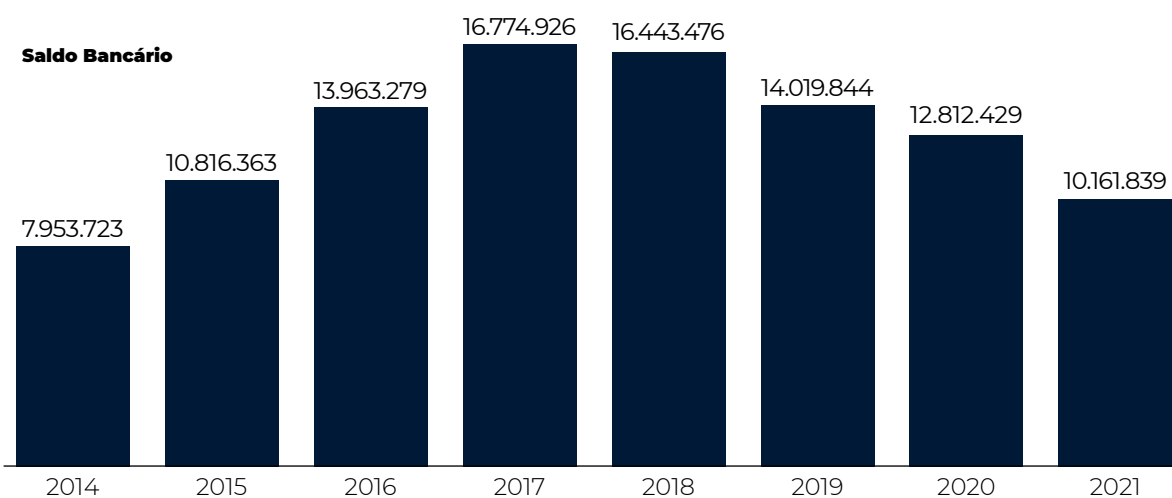
FINANCEIRO

Quadro associativo



A Apamagis encerrou 2021 com 3.162 associados e 4.414 dependentes e agregados. Comparativamente a 2020, houve um aumento, quando o total de associados registrado era de 3.138.

Centro Cirúrgico Hospitalar



Fundo criado para apoio aos associados, com 5.970 contribuintes, vem apresentando decréscimo nas suas reservas em função da utilização acentuada nos últimos anos. Em 2021, foram pagos R\$ 6,8 milhões a 1.037 beneficiários – houve redução de 20,7% no capital do Fundo.

CENTRO CIRÚRGICO HOSPITALAR - TABELA 2021

| Número de contribuintes | | | | | | TOTAL: 5.970 |
|-------------------------|-----------|----------|---------|----------|----------|--------------|
| Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | |
| 5.954 | 5.951 | 5.965 | 5.963 | 5.969 | 5.952 | |
| Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | |
| 5.954 | 5.961 | 5.955 | 5.967 | 5.980 | 5.970 | |

| Valor Arrecadação | | | | | | TOTAL: R\$ 4.173.530,00 |
|-------------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------------------|
| Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | |
| 327.470,00 | 327.305,00 | 328.075,00 | 327.965,00 | 328.295,00 | 327.360,00 | |
| Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | |
| 327.470,00 | 327.855,00 | 387.130,00 | 387.855,00 | 388.700,00 | 388.050,00 | |

| Rendimentos de Aplicações Financeiras | | | | | | TOTAL: R\$ 500.607,26 |
|---------------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------------------|
| Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | |
| 17.631,59 | 15.899,99 | 22.956,71 | 24.272,66 | 30.866,69 | 41.269,08 | |
| Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | |
| 40.498,04 | 45.505,43 | 59.853,58 | 37.006,30 | 77.432,99 | 87.414,20 | |

| Despesas Administrativas | | | | | | TOTAL: R\$ 417.353,00 |
|--------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------------------|
| Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | |
| 32.747,00 | 32.730,50 | 32.807,50 | 32.796,50 | 32.829,50 | 32.736,00 | |
| Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | |
| 32.747,00 | 32.785,50 | 38.713,00 | 38.785,50 | 38.870,00 | 38.805,00 | |

| Número de Beneficiados | | | | | | TOTAL: 1.037 |
|------------------------|-----------|----------|---------|----------|----------|--------------|
| Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | |
| 77 | 44 | 78 | 80 | 83 | 85 | |
| Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | |
| 105 | 78 | 101 | 93 | 87 | 126 | |

| Valor Pago | | | | | | TOTAL: R\$ (6.848.611,58) |
|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------------------|
| Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | |
| (575.929,92) | (257.852,29) | (580.966,69) | (398.698,12) | (586.573,88) | (462.821,89) | |
| Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | |
| (670.838,72) | (409.344,99) | (798.034,16) | (567.246,79) | (731.430,19) | (808.873,94) | |

| Despesas Financeiras | | | | | | TOTAL: R\$ (2.840,85) |
|----------------------|-----------|----------|----------|----------|----------|-----------------------|
| Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | |
| (139,49) | (114,44) | (191,12) | (162,77) | (220,90) | (298,75) | |
| Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | |
| (317,36) | (163,21) | (421,48) | (215,52) | (262,86) | (332,95) | |

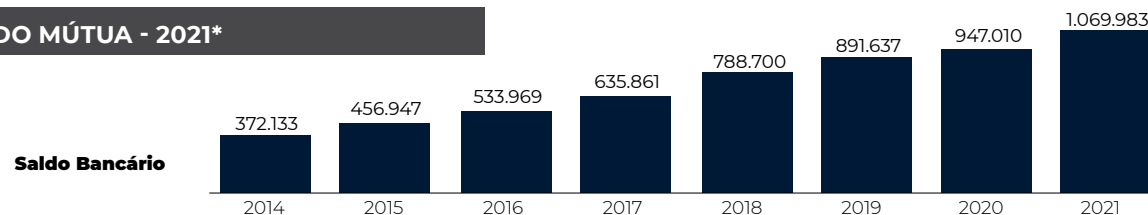
| Saldo Bancário | | | | | | TOTAL: R\$ 10.161.839,27 |
|----------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------------------|
| Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | |
| 12.548.516,46 | 12.601.172,72 | 12.337.500,77 | 12.258.131,19 | 11.997.371,60 | 11.869.322,90 | |
| Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | |
| 11.522.018,86 | 11.465.159,09 | 11.020.966,53 | 10.838.927,52 | 10.533.736,96 | 10.161.839,27 | |

FINANCEIRO

Fundo Mútua e Fundo de Emergência

Fundo Mútua, em extinção, vedado desde 2009, possui 213 contribuintes. As reservas tiveram acréscimo de 13% em 2021. Já o Fundo de Emergência, com elevação das reservas, tem constante crescimento desde 2019. Possui 1.508 contribuintes. Quatro associados foram atendidos em 2021.

FUNDO MÚTUA - 2021*



Número de contribuintes

| TOTAL: 213 | | | | | |
|------------|-----------|----------|---------|----------|----------|
| Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho |
| 224 | 221 | 220 | 220 | 220 | 220 |
| Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
| 218 | 218 | 218 | 216 | 215 | 213 |

Valor Arrecadação

| TOTAL: R\$ 192.449,81 | | | | | |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho |
| 16.434,88 | 16.214,77 | 16.141,70 | 16.141,40 | 16.141,40 | 16.141,40 |
| Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
| 15.994,66 | 15.994,66 | 15.994,66 | 15.847,92 | 15.774,55 | 15.627,81 |

Rendimentos de Aplicações Financeiras

| TOTAL: R\$ 43.460,45 | | | | | |
|----------------------|-----------|----------|----------|----------|----------|
| Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho |
| 1.401,15 | 1.248,67 | 1.940,70 | 1.972,10 | 2.604,15 | 3.012,21 |
| Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
| 3.486,39 | 4.190,60 | 4.380,93 | 5.252,48 | 5.817,23 | 8.153,84 |

Número de Beneficiados

| TOTAL: 07 | | | | | |
|-----------|-----------|----------|---------|----------|----------|
| Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho |
| 01 | 01 | - | 02 | - | - |
| Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
| 01 | 01 | - | - | - | 01 |

Valor Pago

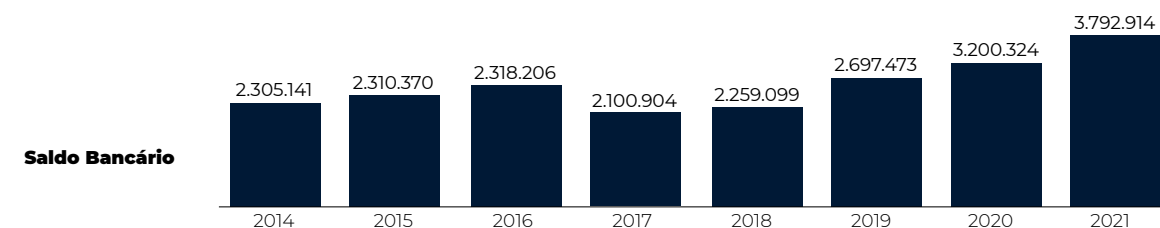
| TOTAL: R\$ (114.090,30) | | | | | |
|-------------------------|-------------|----------|-------------|----------|-------------|
| Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho |
| (16.508,21) | (16.434,89) | - | (32.869,76) | - | - |
| Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
| (16.141,40) | (16.141,38) | - | - | - | (15.994,66) |

Saldo Bancário

| TOTAL: R\$ 1.069.982,61 | | | | | |
|-------------------------|------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho |
| 948.410,71 | 949.659,38 | 967.814,85 | 953.058,59 | 971.804,14 | 991.230,75 |
| Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
| 994.717,14 | 998.761,00 | 1.019.136,59 | 1.040.383,73 | 1.062.048,88 | 1.069.982,61 |

*No período não foram registradas despesas financeiras e administrativas

FUNDO DE EMERGÊNCIA - 2021



Número de contribuintes

| TOTAL: 1.508 | | | | | |
|--------------|-----------|----------|---------|----------|----------|
| Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho |
| 1.553 | 1.545 | 1.542 | 1.537 | 1.531 | 1.527 |
| Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
| 1.526 | 1.523 | 1.518 | 1.512 | 1.511 | 1.508 |

Valor Arrecadação

| TOTAL: R\$ 641.620,00 | | | | | |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho |
| 54.355,00 | 54.075,00 | 53.970,00 | 53.795,00 | 53.585,00 | 53.445,00 |
| Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
| 53.410,00 | 53.270,00 | 53.130,00 | 52.920,00 | 52.885,00 | 52.780,00 |

Rendimentos de Aplicações Financeiras

| TOTAL: R\$ 154.247,94 | | | | | |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho |
| 4.667,70 | 4.144,98 | 6.691,09 | 6.987,50 | 9.126,10 | 10.575,24 |
| Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
| 12.403,15 | 15.123,75 | 15.912,63 | 18.940,71 | 20.898,11 | 28.776,98 |

Despesas Administrativas

| TOTAL: R\$ 64.162,00 | | | | | |
|----------------------|-----------|----------|----------|----------|----------|
| Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho |
| 5.435,50 | 5.407,50 | 5.397,00 | 5.379,50 | 5.358,50 | 5.344,50 |
| Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
| 5.341,00 | 5.327,00 | 5.313,00 | 5.292,00 | 5.288,50 | 5.278,00 |

Número de Beneficiados

| TOTAL: 04 | | | | | |
|-----------|-----------|----------|---------|----------|----------|
| Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho |
| - | 01 | - | 01 | - | - |
| Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
| - | - | - | - | 01 | 01 |

Valor Pago

| TOTAL: R\$ (132.933,39) | | | | | |
|-------------------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-------------|
| Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho |
| - | 25.000,00 | (73.144,06) | 49.000,00 | - | - |
| Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
| - | - | (12.003,24) | - | (44.286,09) | (77.500,00) |

Despesas Financeiras

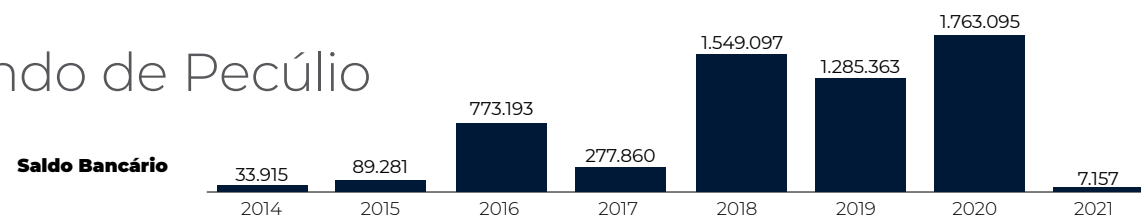
| TOTAL: R\$ (16,90) | | | | | |
|--------------------|-----------|----------|---------|----------|----------|
| Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho |
| (3,38) | (3,38) | - | (3,38) | - | - |
| Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
| - | - | - | - | (3,38) | (3,38) |

Saldo Bancário

| TOTAL: R\$ 3.792.913,96 | | | | | |
|-------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho |
| 3.224.034,03 | 3.252.095,13 | 3.380.597,78 | 3.387.154,90 | 3.444.696,00 | 3.503.497,74 |
| Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
| 3.564.001,39 | 3.627.194,14 | 3.703.049,51 | 3.769.807,22 | 3.794.043,86 | 3.792.913,96 |

FINANCEIRO

Fundo de Pecúlio



Com o falecimento de 40 associados no ano passado, o saldo de reserva do Fundo de Pecúlio e as contribuições no exercício de 2021 foram utilizados para o pagamento dos beneficiários dos associados.

Este foi o maior número de magistrados falecidos, num único ano, na história da Apamagis. O montante pago foi de R\$ 7,7 milhões.

Número de contribuintes TOTAL: 2.844

| | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maió | Junho |
|--|---------|-----------|----------|---------|----------|----------|
| | 2.827 | 2.874 | 2.876 | 2.875 | 2.875 | 2.875 |
| | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
| | 2.869 | 2.864 | 2.856 | 2.849 | 2.849 | 2.844 |

Valor Arrecadação TOTAL: R\$ 6.166.174,98

| | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maió | Junho |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | 507.695,93 | 516.227,88 | 516.587,12 | 516.407,50 | 516.407,50 | 516.407,50 |
| | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
| | 515.329,78 | 513.803,01 | 512.994,72 | 511.737,38 | 511.737,38 | 510.839,28 |

Rendimentos de Aplicações Financeiras TOTAL: R\$ 10.736,56

| | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maió | Junho |
|--|----------|-----------|----------|----------|----------|----------|
| | 2.718,36 | 1.363,76 | 1.207,11 | 1.095,98 | 947,86 | 1.441,18 |
| | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
| | 110,97 | 413,32 | 182,75 | 433,61 | 539,42 | 282,24 |

Número de Beneficiados TOTAL: 40

| | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maió | Junho |
|--|---------|-----------|----------|---------|----------|----------|
| | 04 | 04 | 03 | 06 | 01 | 04 |
| | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
| | 04 | 03 | 03 | 02 | 03 | 03 |

Valor Pago TOTAL: R\$ (7.675.117,02)

| | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maió | Junho |
|--|--------------|--------------|--------------|----------------|--------------|--------------|
| | (762.486,92) | (761.678,64) | (571.258,11) | (1.142.518,00) | (190.419,66) | (774.611,28) |
| | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
| | (772.253,76) | (580.554,28) | (578.735,63) | (385.284,90) | (578.196,78) | (577.119,06) |

Despesas Financeiras TOTAL: R\$ (696,60)

| | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maió | Junho |
|--|---------|-----------|----------|---------|----------|----------|
| | (65,75) | (66,95) | (66,95) | (54,95) | (54,95) | (54,95) |
| | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
| | (56,15) | (54,95) | (54,95) | (54,95) | (54,95) | (56,15) |

Saldo Bancário TOTAL: R\$ 7.157,42

| | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maió | Junho |
|--|--------------|--------------|------------|------------|------------|------------|
| | 1.257.333,17 | 1.004.737,08 | 950.848,51 | 325.598,66 | 652.479,41 | 395.661,86 |
| | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
| | 139.870,42 | 75.004,29 | 10.199,46 | 138.287,94 | 72.313,01 | 7.157,42 |

*No período não foram registradas despesas administrativas

EVENTOS

Ações da Apamagis

Clube da Leitura, Projeto Magistrais e atividades culturais ganharam impulso



Visita guiada à exposição sobre Leonardo Da Vinci

Em dois anos de pandemia, uma das principais atividades interrompidas foram os eventos. No entanto, ao contrário do ocorrido nas cidades, essa rotina se intensificou na Apamagis no biênio 2020/2021, mas o momento exigiu que acontecesse de forma virtual, uma novidade até então nunca experimentada na Associação.

Ao todo, foram realizados 42 eventos virtuais, sete híbridos e 27 presenciais. Destaca-se o Clube de Leitura, com 22 encontros durante o biênio, que contou com grande participação dos associados. O Departamento Cultural também foi responsável por palestras, cursos, saraus, visitas

guiadas a exposições, conexões culturais e o Prêmio de Literatura. As atividades culturais desenvolvidas nesse período tiveram influência direta do projeto Magistrais.

Nos primeiros meses de 2020, antes da pandemia, ainda foi possível realizar eventos presenciais (*confira nesta página*), mas a partir da segunda quinzena de março todos passaram a ser virtuais. O modelo presencial começou a ser retomado no segundo semestre de 2021. ♦

REGISTRO DE ATIVIDADES

▼ **Janeiro/fevereiro/março**

- Curso de especialização em Direito
- Curso Violência de Gênero Clube de Leitura
- Aula e visita guiada à exposição Leonardo da Vinci – 500 anos de um gênio
- Palestra Pacote Anticrime e Lei de Abuso de Autoridade
- Encontro de Coordenadores e assembleia

▼ **De abril em diante**

- Cursos de especialização
- Campanhas solidárias
- Reuniões de departamentos
- Encontros de coordenadores
- Simpósios
- Seminários
- Palestras
- Prêmio Apamagis de Literatura
- Projeto Magistrais
- Bazares e almoços de datas comemorativas

- Lançamentos de livros
- 2ª edição do Prêmio Apamagis de Literatura
- Clube de Leitura, com a participação de escritores ou familiares de autores
- confraternização dos Juizes aprovados no 188º Concurso
- Inscrições para o Programa de Mestrado e Doutorado em Direito da Uninove

JURÍDICO

Ampla produtividade

Departamento atento à defesa da Magistratura neste biênio de modo virtual ou presencial

Apesar das dificuldades impostas pela Covid-19, o Departamento Jurídico da Apamagis teve ampla atuação no biênio 2020-2021. Em meio às altas e baixas da pandemia, conseguiu se manter próximo ao associado e atento às prerrogativas da Magistratura, independentemente da modalidade, seja ela virtual ou presencial.

Nesse biênio, foi promovida uma ação coletiva pela Apamagis por meio do escritório Claudio Pontes & André Garcia Sociedade de Advogados. O objetivo da ação foi assegurar a pensionistas e herdeiros de magistrados falecidos antes de 2002 o correto recebimento das diferenças de correção monetária do abono variável.

Nesses dois anos, o Departamento emitiu 191 ofícios, 33 a mais que no biênio passado. Além das atuações jurídicas, realizou 93 análises de pecúlios e mútuas em prol de familiares de magistrados falecidos, além de firmar 79 patrocínios advocatícios, intercalando períodos em trabalho presencial e remoto.

O Departamento realizou convênios com quatro escritórios de advocacia para melhor atender associados e familiares. São eles: Alves e Bocci Advogados Associados, Cláudio Pontes & André Garcia Sociedade de Advogados, Innocenti

ATUAÇÕES JURÍDICAS

191

ofícios emitidos

93

análises de pecúlios

12

escritórios de advocacia contratados

79

patrocínios advocatícios firmados e atuações jurídicas

Advogados Associados e J. M. Silva & Macedo Sociedade de Advogados.

Além disso, manteve contrato com 12 escritórios de advocacia para auxiliar na defesa da Magistratura, em ações trabalhistas, cíveis, penais e processos administrativos. ◆

ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA

■ Bottini & Tamasauskas Advogados Associados

■ Campos Scaff Advogados Associados

■ Carreiro, Calli & Oliveira Sociedade de Advogados

■ Cláudio Pontes & André Garcia Sociedade de Advogados

■ Galvão e Racca Sociedade de Advogados

■ Goldman & Mesquita Advogados Associados

■ Innocenti Advogados Associados

■ J. M. Silva & Macedo Sociedade de Advogados

■ Laspro Advogados Associados

■ Oliveira Lima e D'allacqua Advogados Associados

■ Raphael Carneiro & Márcio Santos Sociedade de Advogados

■ Beltran Advogados Associados

ASSISTÊNCIA

Espírito altruísta

Departamento Feminino e de Ação Social se manteve atento e solidário durante a pandemia

Nos primeiros meses de 2020, antes da pandemia, o Departamento Feminino e de Ação Social organizou visita à exposição *Leonardo da Vinci – 500 anos de um gênio*, no MIS, o Carnaval infantil, o almoço em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, ocasião em que arrecadou verba para a compra de 59 colchões aos desabrigados pelas enchentes na Baixada Santista, entre outras atividades.

Com o início da pandemia, a diretoria reuniu-se com a presidente Vanessa Mateus para tratar do novo momento e da compra de 140 cestas de Natal, oferecidas a todos os funcionários das sedes social, administrativa, colônias e regionais, ação que se repetiu em 2021. Além disso, foi autorizado o início da campanha de cestas básicas para 17 famílias de cooperados, que, do dia para a noite, ficaram sem trabalho devido à suspensão de todos os eventos. Essa ação foi realizada por 12 meses, graças a doações dos associados.

Em 2021, durante a vacinação contra a gripe, houve a

arrecadação de mantimentos não perecíveis e produtos de higiene pessoal. Também foram realizadas as campanhas de armação de óculos, de agasalhos e cobertores, essas duas últimas direcionadas à Comunidade do Abacateiro, em São Paulo.

Cumprindo as normas sanitárias, o Departamento organizou almoços de Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais, Festa Junina para crianças. Em outubro de 2021, houve o tradicional almoço das aniversariantes e a comemoração dos 41 anos do Departamento. ◆

OUTRAS AÇÕES

▼ 700 cobertores

Comparados e entregues ao Fundo de Solidariedade do Estado de São Paulo, em ação com a Secretaria de Justiça e Cidadania em 2020

▼ 1.238 pessoas beneficiadas

com alimentos, cobertores, fraldas, kits de higiene pessoal, entre outros produtos em 2020

▼ 1.038 pessoas e 20 entidades beneficiadas

em 2021 com campanha de alimentos não perecíveis, realizada a partir de depósitos em conta para a compra de cestas básicas

▼ Bazar de Natal

2020 – 28 expositores
2021 – 34 expositores
54 kits de material escolar e enxovais de bebê doados a mães de baixa renda do TJSP



TURISMO

Desafio a toda prova

Mesmo a pandemia de Covid-19 tendo impactado fortemente diversos setores da economia, em especial as companhias aéreas, hotéis e agências de viagem, o Departamento de Turismo da Apamagis manteve o atendimento personalizado e apresentou números significativos no biênio 2020/2021, tanto na prestação de serviço quanto no fechamento de novas parcerias.

Nesses dois anos, foram remarcadas ou revertidas em créditos 221 passagens aéreas. Além disso, os associados receberam orientações sempre atualizadas sobre as restrições quanto a embarque e desembarque nas diferentes localidades e suporte nos cancelamentos das viagens em cruzeiros. Esse balanço demonstra que o Departamento

ATUAÇÃO EM 2020/21

- atendimentos - 395
- Passagens aéreas - 221
- Hospedagem - 66
- Pacotes de viagem - 59
- Seguro viagem - 38
- Aluguel de carros - 9
- Cruzeiros - 3

de Turismo, mesmo enfrentando as adversidades impostas pela pandemia, se manteve ativo no período e registrou, ao todo, 395 atendimentos aos associados da Apamagis. ♦

ATENDIMENTO

Assistência e inovação

Nesse biênio, o Departamento de Atendimento inovou ao implantar uma nova prestação de serviço para ajudar os associados com a inscrição ao auxílio-saúde do Tribunal de Justiça de São Paulo. Também o convênio Amil Assistência Médica, oferecido a associados da Apamagis,

registrou um crescimento de 16,51% no biênio 2020/2021. Tendo sempre como referência o mês de janeiro, nos 12 meses de 2020 a 2021, o aumento de vidas foi de 7,15%, e de 9,36%, de 2021 a 2022. Além disso, em 2021 não houve reajuste da assistência médica da Amil.

Devido à pandemia, o Departamento de Atendimento da Apamagis registrou um aumento significativo na assistência aos associados. Foram muitos telefonemas para dirimir dúvidas, trocas de mensagens pelo WhatsApp para esclarecimentos e envio e recebimento de inúmeros e-mails com orientações para enfrentar o novo momento. ♦

AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA

▼ Janeiro 2020

4.252 vidas

▼ Janeiro 2021

4.650 vidas

▼ Janeiro 2022

4.954 vidas



COMUNICAÇÃO

Apoio total

Tecnologia e relação com jornalistas fortalecem defesa da Magistratura



Conversa com o Parlamento: entrevistas gravadas

A pandemia obrigou a Apamagis a promover uma modernização tecnológica na Associação, garantindo à presidência atuar e marcar presença, por meio de lives e encontros virtuais, ao mesmo tempo em que a Comunicação se tornou um dos pilares estratégicos na relação da Apamagis com seus associados e na conquista de espaço na mídia.

No biênio 2020/2021, quando ficar em casa era a opção geral, a Apamagis não parou. À distância e online, manteve conversas com desembargadores do Conselho Superior da Magistratura, eventos institucionais, como o da Ordem dos Advogados do Brasil, solenidades de posse, webinars, reuniões com parlamentares – tanto da Assembleia Legislativa de São Paulo quanto do Congresso Nacional, compromissos no CNJ, na AMB, entre outros.

O Departamento de Comunicação da Apamagis foi fundamental para a realização e divulgação desses eventos. Atuou especialmente aproximando a presidência de jornalistas, no intuito de reforçar a defesa da Magistratura contra ataques direcionados ao Judiciário, de ampliar a imagem da Associação como braço político da Magistratura e, ainda, para destacar o perfil inovador desta gestão.

Os duros ataques dirigidos pela mídia à Magistratura não ficaram sem respostas ou ação – notas, conversas com jornalistas, entrevistas da presidente Vanessa Mateus – todos os meios foram empregados para esclarecer e rebater informações veiculadas sem fundamento. Coube à Comunicação, também, o gerenciamento de crises em momentos de risco à imagem da Apamagis e dos magistrados.

Com a flexibilização dos protocolos sanitários, foi possível à Comunicação gravar entrevistas para o produto Conversa com o Parlamento – um bate-papo com parlamentares – e aulas para o Master Class, nas quais magistrados abordam assuntos de suas áreas, divididos em capítulos.

Os associados sempre foram informados, por meio dos canais de comunicação da Apamagis, sobre a atuação da diretoria, que esteve, no último biênio, presencialmente no Conselho Nacional de Justiça, no Congresso, na Assembleia Legislativa e na Associação dos Magistrados Brasileiros, defendendo prerrogativas da Magistratura.

Iniciativas da Apamagis, como a pesquisa JUS-Barômetro, foram, ainda, amplamente divulgadas para a mídia, em duas fases: a primeira, quando se estudou a visão da sociedade sobre o Judiciário, e a segunda, na abordagem sobre violência contra a mulher. Nesse mesmo sentido, a Comunicação apoiou o trabalho da presidente Vanessa Mateus nas ações de implementação da campanha Sinal Vermelho contra a violência doméstica, uma iniciativa do CNJ e da AMB, por todo o Estado de São Paulo. ♦

INTERNACIONAL

Apamagis recebe juizes latino-americanos

BÁRBARA GARCIA, reportagem local

Assembleia da Flam em São Paulo, em maio, reuniu representantes de 20 países

Apamagis sediou os debates da 69ª Assembleia Anual da Federação Latino-Americana de Magistrados (Flam), realizada nos dias 30 e 31/5. Na ocasião, também foi eleita, por aclamação dos representantes de 20 países, reunidos na sede social, a juíza Adriana Orocu Chavarria, da Costa Rica, para



Costa Rica sediará a próxima assembleia, entre abril e maio de 2023



Mais de 60 magistrados participaram da 69ª Assembleia da Flam, em SP

a presidência da Flam (2022/2024). No evento, foi anunciada a inclusão da Asociación de Jueces y Magistrados por la Integridad, da Guatemala, na Federação. A cerimônia de abertura da Assembleia Anual foi no Tribunal de Justiça, onde ainda aconteceu a reunião do grupo ibero-americano da União Internacional de Magistrados (UIM).

O presidente do Tribunal, desembargador Ricardo Mair Anafe, afirmou no evento ser “uma honra receber pessoas de outros países, que trazem novas ideias, novos conceitos”.

Vanessa Mateus, presidente da Apamagis, ressaltou a importância do evento no Brasil: “Temos absoluta consciência da importância dessa assembleia realizada em nosso país. O que nós precisamos fortalecer é a sensação de pertencimento ao Poder Judiciário, cada um na sua língua e na sua pátria, mas compartilhando de um mesmo ideal, que é a defesa do Estado Democrático de Direito”.

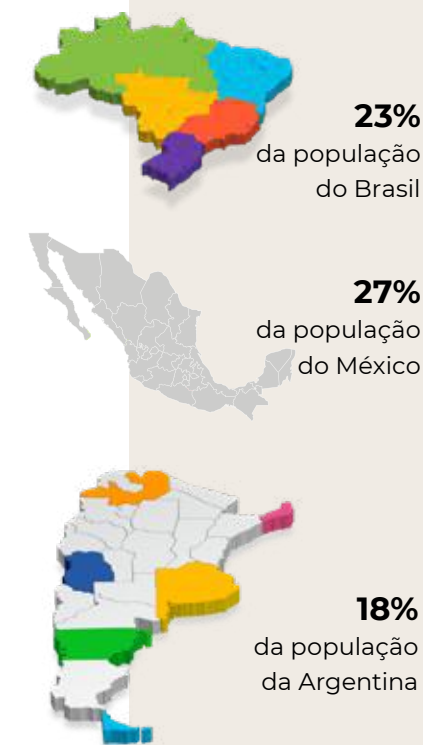
O desembargador Walter Baro-

ne, 1º vice-presidente da Apamagis, vice-presidente da União Internacional de Magistrados (UIM) e ainda como presidente da Flam até aquele momento, se disse satisfeito com a realização presencial da assembleia, após mais de dois anos de pandemia. E lembrou ataques enfrentados pelo Poder Judiciário durante a Covid-19, especialmente em países de governos mais autoritários: “Isso demonstra a importância e a atualidade dos objetivos buscados pela Flam”.

A secretária-geral da AMB, Julianne Freire Marques, que representou a presidente Renata Gil, destacou a importância da união dos magistrados “para o fortalecimento do Poder Judiciário em todos os países”.

Giacomo Oberto, secretário-geral da UIM, afirmou que “o Brasil é um lugar fundamental para nossa organização. Queremos valorizar a riqueza e a variedade das experiências locais. Todos sabemos que a luta pela independência do Judiciário é um assunto mundial”.

APOIO A ALTERNATIVAS NÃO DEMOCRÁTICAS*



*Fonte: Instituto Pew Research Center

INTERNACIONAL

AULA MAGNA

O evento, na Apamagis, contou com a aula magna *Protección a la Independencia Judicial y Sistema Interamericano*, proferida pela jurista e professora Flávia Piovesan, que compartilhou experiências durante o mandato na CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos), quando avaliou situações de grave violação aos princípios de separação de Poderes, inamovibilidade de magistrados e independência do Judiciário.

Além disso, a jurista traçou um ce-

nário sobre o impacto da Covid-19 nas Américas e destacou três desafios estruturais, acentuados pela pandemia: a profunda desigualdade social, o padrão de discriminação estruturante e histórico e o déficit democrático na região.

A professora ainda apresentou dados das pesquisas *Latinobarómetro*, que indica que a democracia é o regime preferido de apenas 48% dos entrevistados, e do Instituto Pew Research Center, que avalia apoio a alternativas não democráticas (veja arte nesta página).

Ao final dos trabalhos, foi elaborada a Declaração de São Paulo, com detalhes importantes da situação do Poder Judiciário de cada país membro.

**Com informações do TJSP*

CONFIABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES *



Igreja: **23%**



Forças Armadas: **23%**



Poder Judiciário **23%**



Poder Executivo **23%**



Congresso **23%**



Partidos Políticos **23%**

*Fonte: Latinobarómetro



SITUAÇÕES GRAVES DE VIOLAÇÃO *

▼ **Venezuela**

■ 80% dos juízes são provisórios

▼ **Guatemala**

■ Candidata à presidência da Flam, Erika Alfán renunciou ao cargo e se exilou nos Estados Unidos, após sofrer ameaças

■ O juiz Miguel Angel Gálvez, que atuava em casos de corrupção, sofreu ameaças físicas

■ Ataques à independência judicial

▼ **El Salvador - Equador República Dominicana**

■ Destituição de magistrados sem respeito ao devido processo legal

*Estudos da CIDH



SESSÃO DE ABERTURA

Também participaram o vice-presidente do TJSP, Guilherme Strenger; o corregedor-geral da Justiça, Fernando Torres Garcia; o presidente da Seção de Direito Privado, desembargador Artur César Beretta da Silveira; o diretor da Escola Paulista da Magistratura (EPM), desembargador José Maria Câmara Júnior; o cônsul-geral do México em São Paulo e ex-presidente da Flam, Raul Bolaños Cacho Guzman; o presidente da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (Afpesp), desembargador Artur Marques da Silva Filho; os ex-presidentes da Apamagis Roque Mesquita, Henrique Nelson Calandra e Regis Fernandes de Oliveira; a secretária-geral do Conselho da Apamagis, Marcia Regina Dalla Déa Barone; a presidente do Instituto Paulista de Magistrados (Ipam), Ana Brugin; o presidente do Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil, seção São Paulo, José Carlos Alves; os desembargadores Luiz Augusto de Salles Vieira, Flora Maria Nesi Tossi Silva e Lidia Maria Andrade Conceição; a juíza Teresa de Almeida Ribeiro Magalhães, entre outras autoridades.

JAYME MARTINS DE OLIVEIRA NETO



Expertise no associativismo e no diálogo entre Poderes

Magistrado paulista teve aprovação unânime na CCJC do Senado para integrar o CNMP, e 52 votos no plenário

Além de expoentes em Cortes Superiores, o Judiciário paulista tem mais um motivo para se orgulhar: as duas vagas destinadas à Magistratura no Conselho Nacional do Ministério Público são ocupadas por magistrados paulistas. Além de Daniel Carnio Costa, empossado em meados de dezembro de 2021 após indicação do Superior Tribunal de Justiça, o órgão conta também com Jayme Martins de Oliveira Neto em seu quadro.

O presidente de honra da Apamagis e da AMB foi empossado no CNMP no dia 28/6, em solenidade que contou com a presença da presidente e do 2º vice da Apamagis, Vanessa Mateus e Thiago Massad, e de diversas lideranças da Magistratura.

Jayme de Oliveira obteve nove votos em sessão administrativa do Supremo Tribunal Federal, realizada em abril deste ano, para compor o CNMP. Após a chancela, passou por sabatina na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania do Senado, em maio último, ocasião em que foi aprovado por unanimidade.

Durante sua apresentação aos senadores, Jayme de Oliveira destacou a experiência adquirida no associativismo e a construção de pontes com o Legislativo durante seus mandatos. “Na vida associativa, disputei e fui eleito e reeleito presidente da Apamagis. Em seguida, candidatei-me à presidência da AMB, função que exerci até 2019. Nessa ocasião, tive contato intenso com o Congresso Nacional, inclusive com a CCJC. Conheci todos os Estados brasileiros e a realidade de cada região, principalmente no que diz respeito à Magistratura e ao Ministério Público.”

Confira a seguir entrevista com o novo integrante do CNMP.

— Quais serão os focos e objetivos de sua atuação no Conselho Nacional do Ministério Público?

O CNMP tem uma missão constitucional. Pre-

cisa zelar pela autonomia do Ministério Público e atuar na fiscalização administrativa, financeira e disciplinar de seus membros. Esse será nosso foco. Também podemos atuar na Comissão de Saúde do CNMP, o que nesse momento atual do Brasil exigirá um trabalho de muita dedicação.

— Como a Magistratura pode contribuir para o fortalecimento do Ministério Público?

Semelhante ao que ocorre no CNJ, cuja composição conta com dois integrantes do Ministério Público, no CNMP temos dois magistrados, um indicado pelo STJ e outro pelo STF. Dado os inúmeros pontos de contato entre as duas carreiras de Estado, a importância das instituições no fortalecimento da República e da democracia, a Constituição prevê que nesses dois órgãos de controle e aprimoramento ocorra essa participação, no pressuposto que o fortalecimento das instituições e o cumprimento das missões constitucionais melhoram o sistema como um todo.

— A PEC 5 aqueceu o debate público e jurídico a respeito da composição do CNMP. Defensores afirmam que o democratiza; contrários, que o politiza. Qual a sua opinião?

O assunto merece exame mais aprofundado e um debate mais amplo. Toda proposta de alteração constitucional parte do pressuposto de uma melhoria e aperfeiçoamento, no caso, do CNMP, mas é preciso se debruçar sobre seu conteúdo para verificar se isso de fato ocorrerá. O próprio relator, da CCJC, fez algumas importantes considerações que deveriam ser examinadas pela Comissão Especial. No nosso ponto de vista, a Comissão Especial seria um importante ambiente para esse exame aprofundado e debates com variados pontos de vista.



O fortalecimento das instituições e o cumprimento das missões constitucionais melhoram o sistema como um todo

POSSE

Noite de comemoração na Apamagis

Solenidade reúne ministros do STF, cúpula do TJSP, autoridades e muitos convidados



Convidados à cerimônia, ministros do Supremo Tribunal Federal e a cúpula do Tribunal de Justiça de São Paulo prestigiaram a posse da presidente reeleita Vanessa Mateus e da diretoria para o biênio 2022/2023



Ministro Dias Toffoli e Vanessa Mateus



Cel. Neves, ministro Ricardo Lewandowski, Yara de Abreu e a pres. da Apamagis

Com uma mensagem de agradecimento e o propósito de manter a mesma disposição na defesa da Magistratura paulista, das prerrogativas dos magistrados, da independência e autonomia do Poder Judiciário, a presidente da Apamagis, Vanessa Mateus, celebrou no último dia 18/3 a posse da diretoria e dos integrantes do Conselho Consultivo, Orientador e Fiscal para o biênio 2022/2023.

A celebração reuniu os ministros Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli e Alexandre de Moraes, do STF, autoridades, presidentes de associações estaduais, representantes de entidades e associados. Ao chegarem à sede social, todos apresentaram comprovante de vacinação contra a Covid-19 ou teste negativo realizado com dois dias de antecedência.

Após o breve discurso da presidente reeleita, oportunidade em que Vanessa Mateus apresentou os 1º e 2º vice-presidentes, Walter Barone e Thiago Massad, respectivamente, e os conselheiros da Apamagis, a festa foi animada pela Banda J Conclusos, formada por magistrados da Capital e do Interior.



Jayme Martins de Oliveira Neto, ex-presidente da AMB e da Apamagis, e Hertha Helena, ex-pres. do Ipam



Ministro Alexandre de Moraes e Viviane Barci de Moraes, na festa de posse da diretoria eleita para 2022/2023



Vanessa Mateus recebe homenagem na cerimônia com Walter Barone (à esq.), ao lado da des. Marcia Barone; e Thiago Massad (à dir.), com Helena Massad

POSSE



Ademir Modesto de Souza, diretor secretário da Apamagis



Des. José Maria Câmera Júnior, diretor da EPM



Cláudio Luis Martinewski, presidente da Ajuris



Ana Carolina Miranda, Paulo Ayres (ex-juiz e Advisor na BTG Pactual), a presidente Vanessa Mateus, Felipe Viaro e Ricardo Scaff



Cleanto Fortunato, presidente do Conselho Fiscal da Amarn



Des. Guilherme Gonçalves Strenger (dir.), vice-presidente do TJSP, com Walter e Marcia Barone



Coronel PM Sidney Mendes de Souza, chefe da Assessoria Militar do Tribunal de Justiça de SP



Paulo Dimas Mascaretti, ex-presidente da Apamagis, e Vanessa Mascaretti



Des. Fernando Torres Garcia, corregedor-geral do Tribunal de Justiça de SP



Des. Wanderley José Federighi, presidente da Seção de Direito Público do TJSP



Des. Renzo Leonardi, ex-presidente da Apamagis, e Lourdes Leonardi

POSSE



Érika Brandão, da diretoria de Comunicação da AMB



Haydée Oliveira, da AMB e diretora-adjunta da Apamagis



Nartir Dantas Weber, presidente da Amab



Prestigiando a posse de Vanessa Mateus, Fernando José da Costa, secretário estadual da Justiça e Cidadania, e Orlando Eduardo Geraldi, pres. do TJM



Homero Maion, diretor-adjunto do Depto .Financeiro da Apamagis



Des. Francisco José Galvão Bruno, presidente da Seção de Direito Criminal do TJSP



Valéria Lagrasta e Vanessa Mateus durante a festa de posse da diretoria realizada na sede social da Apamagis



Giuliano Máximo Martins, presidente da Amansul



Thiago Massad e Frederico Mendes Junior, coordenador da Justiça Estadual da AMB



Daniel Carvalho Carneiro, presidente da ACM



Deputado estadual Douglas Garcia, presente à posse



Vanessa Mateus, des. Artur Beretta da Silveira, pres. da Seção de Direito Privado do TJSP, e Regia Mara Beretta da Silveira



Des. Renato de Salles Abreu Filho, presidente da Magiscon, Erika Fernandes Fortes, des. José Carlos Gonçalves Xavier de Aquino, decano do Tribunal de Justiça de São Paulo, e o conselheiro da Apamagis Jayme Walmer de Freitas

POSSE



Waldir de Nuevo Campos, pres. TRE-SP, Maria Silvia G. Sterman e Luiz Fernando Rodrigues Jr, procurador da Secretaria de Assuntos Especiais Eleitorais



Da esq. para dir.: Paulo Penteadó, presidente da APMP; dep. federal Goulart; Julio Macedo, advogado da Apamagis; e José Oswaldo Molineiro, ex-pres. da APMP



Des. Ricardo Mair Anafe, presidente do Tribunal de Justiça de SP, na cerimônia de posse da diretoria, com Vanessa Mateus e Thiago Massad



Raquel Kobashi Gallinati, ex-presidente do Sindpesp, e Clarissa Tauk, diretora-adjunta de Relações Institucionais da Apamagis



José Herval, vice de Integração da AMB, representando Renata Gil, e Cheina Gomes



Ademar Custódio, oficial da Arpen SP, representando o presidente da Anoreg



Ney Alcântara, vice-presidente da AMB



Des. Artur Marques da Silva Filho, ex-presidente da Apamagis e atual presidente da Afpesp

POSSE



Igor da Silva Rêgo, presidente da Associação dos Magistrados de Pernambuco



Representando o prefeito de SP, profª dra. Eunice Prudente, secretária Municipal da Justiça



Des. Régis Fernandes de Oliveira, ex-presidente da Apamagis e da AMB



Ex-presidentes da Amapagis, des. Roque Mesquita e Fernando Bartoletti, com Carlos Gutemberg de Santis Cunha



Des Roberto MacCracken, dir.-adj. de Relações Institucionais, e des. Nelson Calandra, ex-pres. da Apamagis e da AMB



Mônica Petri Farsky, dir. financeira da Apesp, representando o presidente



Des. Ademir de Carvalho Bedito, presidente da Magiscred



Ulisses de Oliveira Gonçalves Junior, Maria Cecília César Schiesari, Gislaine Vendramini, Alessandra Bandeira e Ana Brugin

POSSE



Advogado Henrique de Almeida Ávila (esq.), ex-conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, Vanessa Mateus e desembargador Jacob Valente na sede social



Hólídice Cantanhede Barros, presidente da Amma



Jederson Suzin, presidente da Amapar



Banda J Conclusos, formada por juízes e associados, fazendo o som da festa

DESTAQUES DA GESTÃO

Jusbarômetro

Em 2021, a Apamagis encomendou ao Ipespe a pesquisa JUS-Barômetro. Na 1ª edição – visão da sociedade sobre o Judiciário paulista – 14% dos entrevistados se julgam bem informados sobre o funcionamento da instituição. Na 2ª – violência contra a mulher – 59% das jovens entre 18 e 24 anos temem sofrer agressões dentro de casa, muito mais do que fora dela (10%). A 2ª edição foi apresentada na Assembleia Legislativa, por ocasião da adesão da Casa e do Conselho da Mulher Empreendedora e da Cultura (CMEC) da Fapesp (Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo) à campanha Sinal Vermelho.

1ª EDIÇÃO

■ 58% confiam na Justiça (dentre

os que recorreram ao Judiciário)
 ■ 45% confiam na Justiça (dentre aqueles que nunca recorreram)
 ■ 76% estão satisfeitos com as instalações (Varas, Juizados e TJ)
 ■ 61% estão satisfeitos com os juízes

2ª EDIÇÃO

■ 6 em cada 10 mulheres defendem prisão de seus agressores
 ■ 42% querem melhorias e sensibilidade no atendimento às vítimas
 ■ 40% querem policiais mais capacitados para esse tipo de caso
 ■ 29% apoiam a ampliação de Delegacias das Mulheres
 ■ 21% consideram importante que a informação e a comunicação com as vítimas sejam mais efetivas



LIVES DA APAMAGIS

Na pandemia, a Apamagis realizou lives para tratar de temas relacionados à Magistratura e à conjuntura nacional. Nesses encontros, comandados por Vanessa Mateus, estiveram Geraldo Pinheiro Franco, Luis Soares, Ricardo Anafe e Waldir Nuevo Campos, respectivamente, à época, presidente, vice e corregedor do TJSP e presidente do TRE-SP.

INTENSOS CONFRONTOS

No início de março de 2020, Vanessa Mateus e o 2º vice, Thiago Massad, estiveram na Alesp para acompanhar a votação da reforma da Previdência, aprovada sem qualquer discussão. Na ocasião, policiais jogaram spray de pimenta, tiros de borracha e gás lacrimogêneo, dentro e fora da Casa.

DEMOCRACIA EM DEBATE

Os ataques recentes ao Poder Judiciário e à democracia mereceram a atenção da Apamagis, que promoveu a live “O Futuro da Democracia”. Além de Vanessa Mateus, participaram o ex-presidente da República Michel Temer, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Paulo Dias de Moura Ribeiro e o desembargador aposentado do TJSP Marco Antônio Marques da Silva.



Sinal Vermelho

Idealizada pela AMB e pelo CNJ, a campanha Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica recebeu adesão de inúmeros Municípios e estabelecimentos paulistas. A Apamagis esteve à frente da

divulgação no Estado de SP e apoiou o trabalho dos juízes nas articulações de parcerias entre o Judiciário e o Executivo, além de distribuir material sobre a iniciativa.

Mobilização continuada

A Apamagis não parou na pandemia. À distância e on-line, manteve conversas com desembargadores do Conselho Superior da Magistratura, eventos institucionais, como o da Ordem dos Advogados do Brasil, solenidades, webinars, reuniões com parlamentares – tanto da Assembleia



Legislativa de São Paulo quanto do Congresso Nacional, compromissos no CNJ, na AMB, entre outros.

Reunião regional da AMB



A importância da Apamagis como força política da Magistratura foi ratificada em outubro de 2020, quando sediou a 1ª Reunião dos Presidentes das Associações de Magistrados da Região Sudeste, promovida pela AMB, uma demonstração da importância da Magistratura paulista no cenário nacional.

AUDIÊNCIAS NO CONGRESSO

Mesmo na pandemia, a diretoria da Apamagis tratou no Congresso das vantagens da modalidade virtual de audiências de custódia, do novo Código de Processo Penal e das prerrogativas dos magistrados. Em uma das audiências, Vanessa Mateus esteve com o senador Major Olímpio (PSL-SP) pouco antes de ele falecer.

REEMBOLSOS

A Apamagis teve importante atuação na implementação da resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que regulamentou o reembolso de gastos de saúde dos magistrados. A diretoria atuou, ainda, de maneira decisiva para o aumento de 3% para 10% do reembolso do subsídio dos magistrados, junto ao TJSP.

MESTRADO ON-LINE

Convênios firmados entre a Apamagis e universidades do Brasil e do exterior garantem descontos em programas de aperfeiçoamento acadêmico. Uma das instituições é o Centro de Estudos de Direito Econômico e Social (Cedes), que oferece mestrado on-line, permitindo a participação de magistrados do Interior e do Litoral.

Você quer um bom conselho?

DESEMBARGADOR CARLOS MONNERAT, presidente do Conselho Consultivo, Orientador e Fiscal da Apamagis

Diz o dito popular que “se conselho fosse bom ninguém daria de graça”. Chico Buarque, por sua vez, quebrou o dito, musicando: “ouça um bom conselho, que eu lhe dou de graça, inútil dormir que a dor não passa” (Bom Conselho, 1972). O dicionário Michaelis tem 15 verbetes sobre esse substantivo masculino. E você, quer um bom Conselho?

Para nós, associados da Apamagis, o Conselho precisa ser bom. Afinal, possui ele dezenas de atribuições. Seu nome é grande e busca explicitar suas funções: Conselho Consultivo, Orientador e Fiscal. Está regrado nos artigos 30 a 34 do vigente Estatuto da Associação Paulista de Magistrados e é referido em pelo menos duas dezenas de artigos do mencionado ato regulador.

Entre suas fainas, algumas são corriqueiras, como a verificação mensal das contas da Diretoria, bem como do Fundo de Emergência e da Caixa de Assistência Complementar Médica e Hospitalar dos Magistrados (CCH). Ao final de cada exercício contábil, obrigatoriamente, deve examinar e emitir parecer sobre as contas, para ser levado à Assembleia Geral Ordinária.

Outras funções têm natureza de supervisão e/ou apoio/veto, como as deliberações obrigatoriamente conjuntas com a Diretoria, e.g. contratação de auditorias, contratação de escritórios de advocacia, ajuizamento de ações de interesse associativo, autorização para dotações orçamentárias extraordinárias aos departamentos regionais, modificações e aprovação dos regulamentos da Mútua, do Fundo de Emergência e do CCH.

O Conselho também funciona como grau

recursal de algumas deliberações da Diretoria, tais como a decisão de exclusão de dependente que descumprir o Estatuto ou tiver conduta reprovável dentro ou fora da Associação, e do ato que elimine associado.

Tem por obrigação emitir parecer sobre questões de interesse tanto da Associação quanto de seus associados, podendo fazê-lo de ofício ou a requerimento. Qualquer associado, em algumas situações, pode provocar o Conselho para deliberar e propor o que de direito. Entre essas deliberações está uma das mais importantes, que é propor a reforma do Estatuto Social.

Por esses motivos, o Conselho tem papel importantíssimo nos destinos da Apamagis.

Em virtude de suas atribuições, seus integrantes devem retratar o corpo social. Com essa finalidade, houve alterações estatutárias em sua composição, no correr do tempo, a última trazendo para seu bojo representantes de categorias específicas. Mas sempre sujeitos ao crivo de eleições.

Temos um membro nato, que é o presidente da Diretoria da gestão anterior, enquanto não for substituído pelo mais recente que deixe o cargo. É importante essa cadeira, tanto para defesa dos atos de sua gestão, que é recente, quanto para historiar acontecimentos e motivos que o levaram a tomar determinadas decisões.

Temos um representante dos colegas aposentados, parcela minoritária, mas de extrema relevância para as finalidades associativas, e devemos lembrar que, se a vida permitir, cada um de nós um dia estará nessa categoria. As



pautas dos aposentados precisam ser sempre tratadas com muita atenção.

Temos um/uma representante dos/das pensionistas. Essa parcela de associados precisa ter vez e voz, sempre. Sua defesa nada mais é que a defesa de nossas famílias.

Finalmente temos dez conselheiros, a maioria em exercício da jurisdição, em 1º e em 2º grau. Objetivando a representatividade e retratar o corpo associativo, na presente gestão houve renovação de praticamente todo o quadro de conselheiros. É importante unir experiência com “sangue novo”, que traz consigo o arrojo, vontade e ideias novas.

Temos colegas de Presidente Prudente, de Piracicaba, de Sorocaba, de Campinas, de Santos, conselheiros convocados em Brasília, outros com funções na administração do

Tribunal, além de representantes do 2º grau.

Na atualidade, sem desmerecer e relegar ao final da fila o intuito de congraçamento e de lazer – estamos muito atentos a isso –, a pauta política da Apamagis é primordial. Lutar por nossas prerrogativas, lutar contra os ataques diários no mais das vezes infundados, buscar a manutenção e melhora de nossos vencimentos, combater as inúmeras tentativas de colocar a Magistratura em vala comum – tudo isso está na ordem do dia.

Como braço político do maior Tribunal das Américas, como representante de mais de 3 mil juízes, com o peso de São Paulo no cenário nacional, não podemos esmorecer em nenhum momento. Precisamos, unidos e atuantes, combater diariamente o bom combate.

Para tanto, importante um BOM CONSELHO.

TJSP

Desafios do biênio 2022/2023

Integrantes do Conselho Superior da Magistratura falam sobre propostas e ações para a nova gestão

A conclusão da informatização das esferas administrativas, o retorno à nova normalidade, o volume de processos e demandas são alguns dos principais desafios apontados pelos integrantes do Conselho Superior da Magistratura para este biênio 2022/2023.

Eleitos em 2021 e empossados no início do ano, eles concederam entrevistas a esta **Tribuna da Magistratura Especial**. A divulgação de boas práticas do Judiciário foi uma das ações propostas como contrapartida aos ataques à Magistratura. A preocupação com a sobrecarga aos magistrados, diante da volta

das atividades presenciais e da vasta judicialização, implicará o aumento da distribuição de processos. A busca para dotar todas as Comarcas de recursos humanos necessários, independentemente de seus tamanhos, fez parte também do rol de assuntos tratados nas conversas.

Veja, a seguir, as entrevistas com os desembargadores Ricardo Anafe, Guilherme Strenger, Fernando Garcia, Artur Beretta, Wanderley Federighi, Francisco Bruno e José Câmara Júnior. ♦

**Com informações do TJSP*



Eficiência no serviço administrativo

— **Quais são os principais desafios do senhor à frente do Tribunal de Justiça de São Paulo?**

O maior desafio é a conclusão da informatização das esferas administrativas para substituir as fichas ainda existentes nos setores de pessoal, que geram um atraso significativo do trabalho dos dedicados servidores. Esse é um primeiro passo para que tenhamos eficiência no serviço administrativo, e, ao mesmo tempo, para que possamos dispor de menos servidores na atividade administrativa e mais servidores na atividade-fim do Tribunal, que é a prestação jurisdicional, e depende do serviço de excelência dos servidores.

— **O senhor classifica como desafio porque esbarra em questões orçamentárias?**

O maior desafio é mudar a cultura, mudar hábitos. Temos que avançar no tempo, e tornar as coisas mais funcionais, mais práticas. Toda vez que tentamos alterar uma rotina para o ser humano é um desafio.

— **Mesmo tendo assumido há pouco, é possível listar suas ações implementadas até agora e as perspectivas traçadas para este biênio?**

Por enquanto, o ponto marcante diz respeito ao auxílio-saúde, tanto para os magistrados quanto para os servidores. Estávamos pagando o mínimo aos magistrados por questões orçamentárias. Mas essas dificuldades agora não existem. Contudo, não significa que não possamos retroceder no futuro, já que, quando foi assinado, o ato ficou condi-



Desembargador Ricardo Mair Anafe, presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo

cionado à situação financeira do Tribunal. Outra prioridade é a instrumentalização do 2º grau, ainda não implantada, ao contrário do 1º grau.

Como perspectiva, há de se destacar a manutenção do teletrabalho, em 1º e 2º graus, após dois anos entre home office integral e home office parcial, ao final da crise sanitária. Nossa realidade é outra, e, daqui até o final do ano, não vejo outro cenário que não seja a aplicação da Resolução 850, do TJSP, em 1º grau, que prevê a disponibilização de até 50% dos servidores em trabalho home office e também no Tribunal na atividade administrativa. Os contratos tradicionais com base na movimentação de 2019 estão sendo negociados; outros, mantidos, com patamares condizentes com o que se espera em termos de utilização presencial.

— **Como a redução da estrutura deve ser revertida em benefício do Tribunal, no período de normalidade tendo o trabalho remoto como uma realidade?**

Diminuindo a estrutura, reduzimos o gasto com custeio. Hoje temos à disposição 60 mil computadores, um número muito alto. Como estamos no período de troca dos equipamentos, em razão das atualizações que se fazem necessárias, o cálculo é que sejam substituídos em torno de 40 mil computadores. Essa troca será feita em volume muito menor. No último orçamento, tivemos de custeio a cifra zero.

— **Este promete ser mais um ano de ataques à Magistratura. Na sua opinião essa vulnerabilidade pode desmotivar jovens estudantes de Direito a ingressar na carreira?**

Não é que a Magistratura está vulnerável. A sociedade está vulnerável a ataques. A tecnologia evoluiu significativamente, bem como a profusão de informações verídicas e inverídicas. As pessoas hoje, de forma geral, não se preocupam com a certificação da veracidade, daquilo que alegam e produzem.

Por exercer uma atividade de Estado e representar o Estado, o magistrado fica mais à vista. Porém, temos que enfrentar isso com mais naturalidade, menos receio e levar ao conhecimento público as inovações e as boas práticas desenvolvidas pelo Poder Judiciário em benefício da sociedade. A adoção de audiências virtuais de réus presos, por exemplo, evitou tentativas de fuga, dissabores ao preso e à sociedade, e devolveu a escolta dos presos às ruas. Gerou uma economia de R\$ 70 milhões ao ano para o Poder Executivo, cifra que pode reverter em benefícios sociais. Isso se deve ao Poder Judiciário. Sofremos ataques e vamos sofrer, mas na maioria das vezes sem fundamento. Não creio que esses ataques possam abalar quem é juiz e quem possa vir a ser juiz.

— **Os magistrados enfrentam defasagem salarial há quase oito anos, que chega a 40%. Nesse sentido, é**

possível uma atuação conjunta com as associações de magistrados?

Essa parceria com as associações são viáveis. Elas devem levar ao STF e ao Congresso essa situação. Não há nenhuma ação direta que possamos fazer com relação a isso. Nenhum presidente de tribunal pode substituir o STF ou o que valha em relação ao subsídio. Mas todos concordamos que os subsídios deveriam ser reajustados.

— **Qual mensagem o senhor deixa aos magistrados sobre a sua gestão?**

Primo pela eficiência, a mesma que buscamos na Corregedoria Geral da Justiça. A função administrativa do Tribunal há de ser simples e eficiente, reflexo da atividade jurisdicional. Todo nosso prestígio decorre da prestação jurisdicional. Os novos computadores que serão adquiridos facilitarão o trabalho dos juízes e servidores. É isso que os magistrados podem esperar da presidência. Por sua vez, a presidência espera eficiência dos juízes, para que, juntos, possamos referendar a relevância do Judiciário. ◆

TRAJETÓRIA

- ▼ Nascido em 1959, no Rio de Janeiro (RJ).
- ▼ Graduiu-se em Direito pela PUC-SP (1981).
- ▼ Ingressou na Magistratura em 1985, nomeado para a 5ª Circunscrição Judiciária, em Jundiaí.
- ▼ Judicou em Santa Fé do Sul, Cruzeiro, Mogi das Cruzes e São Paulo.
- ▼ Removido para o cargo de juiz subs. 2º grau em 2003.
- ▼ Tornou-se desembargador em 2008, assumindo coordenadorias e presidência de comissões.
- ▼ Eleito presidente da Seção de Direito Público do TJSP para o biênio 2014/2015 e eleito e reeleito para o Órgão Especial em 2016 e 2018.
- ▼ Corregedor Geral da Justiça no biênio 2020/2021.

Superação de dificuldades

— **Como a vice-presidência pode atuar para o aperfeiçoamento do trabalho no Tribunal de Justiça de São Paulo?**

Na qualidade de membro do Conselho Superior da Magistratura e do Órgão Especial, o vice-presidente ocupa posição que lhe permite tomar conhecimento das principais questões administrativas da Corte, bem como influir na tomada de decisões para a superação das deficiências verificadas, apontando novos caminhos na busca de soluções, visando sempre aprimorar e fortalecer o Judiciário.

Entendo assim que, além de poder aferir as reais necessidades da carreira e contribuir para que sejam superadas suas dificuldades, a vice-presidência deve funcionar como verdadeira “caixa de ressonância” das justas reivindicações dos magistrados, formulando requerimentos à presidência e defendendo, firmemente, perante os órgãos de cúpula, posições que busquem aprimorar as condições de trabalho, melhorar a remuneração dos magistrados e valorizar a carreira.

Penso que é chegada a hora de resgatar a dignidade da carreira, salvaguardar as prerrogativas constitucionais e construir política remuneratória condigna e adequada à relevância e responsabilidades inerentes ao cargo, além de implementar medidas de racionalização e otimização dos recursos e dotar todos os magistrados de melhores condições de trabalho.

— **Quais são os maiores desafios que os juízes de 1º e 2º graus enfrentam**



Desembargador Guilherme Gonçalves Strenger, vice-presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo

para dar conta do volume significativo de processos que recebem, e como a vice-presidência pode atuar para ajudá-los?

De fato, a sobrecarga de serviço é cada vez mais alta, chegando a limites insuportáveis, sobretudo agora em tempos de pandemia, a ponto de comprometer nossa saúde física e mental. De outro lado, contamos com uma estrutura de trabalho precária, que sofre com a grande escassez de funcionários. Além da ausência de reposição de servidores, os juízes de 1º grau enfrentam dificuldades para a nomeação dos assistentes de gabinete a que fazem jus e, no 2º grau, os gabinetes dos desembargadores e juízes substitutos dispõem de um quadro insuficiente de assessores, bem inferior, aliás, ao existente em Cortes estaduais de menor porte.

A estrutura tecnológica do Tribunal também precisa ser aprimorada. Depois de dois anos de trabalho remoto imposto por conta da pandemia, os computadores e a rede lógica de internet e informática do TJSP apresentam desempenho inferior à estrutura que muitos magistrados possuem em home office, de maneira a prejudicar a realização

das atividades e impedir uma maior produtividade. Muitos juízes, aliás, preferem o trabalho remoto, justamente para dar resposta ao enorme volume de serviço.

A vice-presidência atuará para que essa situação seja superada e se proceda à reestruturação do 1º e 2º graus, dotando-os de melhores condições para o exercício da jurisdição.

— **O senhor recentemente escreveu um artigo abordando as fake news sobre o Poder Judiciário e, consequentemente, os ataques aos magistrados. Na sua opinião, como a cúpula do TJSP e os juízes deveriam lidar com essa visão enviesada dos fatos?**

Penso que a cúpula do TJSP e os juízes não podem permanecer inertes às críticas infundadas e aos movimentos contrários ao Poder Judiciário, que apenas buscam enfraquecê-lo. Devemos repelir de maneira firme, rápida e contundente as injustas agressões que nos são dirigidas, pois somos o maior Tribunal da América Latina, trabalhamos árdua e diuturnamente para dar conta de uma verdadeira avalanche processual, temos uma altíssima produtividade e prestamos uma justiça de elevada qualidade.

Nossos atos são públicos e transparentes. Nada temos a temer ou a esconder e penso que todos os benefícios legalmente previstos para a Magistratura devem ser implementados em nosso Tribunal. É preciso, pois, resgatar a vanguarda do TJSP em todos os seus aspectos e defender de forma intransigente nossas prerrogativas e interesses institucionais.

— **Qual sua expectativa em relação ao trabalho dos magistrados do TJSP e o que eles podem esperar de sua gestão na vice-presidência?**

Tenho absoluta confiança no trabalho de nossos magistrados. O TJSP é

composto por valorosos juízes e desembargadores, sérios, preparados, dedicados e comprometidos com uma prestação jurisdicional de excelência, que se distingue pela celeridade, eficiência e qualidade. As estatísticas e relatórios do CNJ comprovam nossa altíssima produtividade.

Por isso, diante dos grandes avanços e das experiências positivas verificadas durante a pandemia, devemos deixar a critério das Câmaras, por meios de seus componentes, a definição do sistema de julgamentos, com a adoção de sessões físicas e/ou telepresenciais. E, no 1º grau, cumpre prestigiar o trabalho remoto dos magistrados e lhes conferir condições adequadas para o bom desempenho de suas funções.

Na minha gestão, os magistrados poderão contar com um vice-presidente de conduta extremamente proativa, sempre atento e pronto a receber suas reivindicações, dirigir as justas postulações à presidência e lutar incansavelmente para buscar soluções para o aprimoramento e fortalecimento do nosso Poder Judiciário, garantindo a todos os magistrados o cumprimento dos seus direitos. ◆

TRAJETÓRIA

- ▼ Nasceu na Capital paulista em 1950.
- ▼ Graduiu-se em Direito pela USP (1974), e é mestre em Direito Civil (1990) pela mesma instituição.
- ▼ Ingressou na Magistratura em 1981, como juiz subs. da 27ª Circunscrição Judiciária, em Presidente Prudente.
- ▼ Trabalhou em Limeira, Regente Feijó, Mairiporã, Osasco e São Paulo.
- ▼ Foi juiz eleito do Tribunal Regional Eleitoral, substituto e efetivo, na classe Juiz de Direito.
- ▼ Em 2002, foi promovido para o Tribunal de Alçada Criminal.
- ▼ Assumiu em 2005 o cargo de desembargador do TJSP.
- ▼ Eleito para o Órgão Especial em 2010.
- ▼ Foi presidente da Seção de Direito Criminal do TJSP no biênio 2020/2021.

Diretrizes definidas

— **Qual seu principal objetivo como corregedor-geral da Justiça de São Paulo?**

Minha carreira na Magistratura basicamente foi moldada na área criminal. Sempre gostei muito dessa área, especialmente da Vara de Execuções Criminais e Corregedoria de Presídios do Estado de São Paulo, onde atuei entre 1985 e 1994. Desde então, interesse-me pela atividade correccional.

— **De que maneira sua experiência na área criminal e o fato de o senhor ter ocupado a presidência da Seção de Direito Criminal podem ajudar em seu trabalho como corregedor-geral da Justiça de São Paulo?**

O juiz criminal não deixa de ter, também, um papel quase de assistente social. Muitas vezes fazemos o papel de juiz, de acusador e do próprio defensor daqueles indivíduos que são eventualmente injustiçados. Então, essa experiência com o bem mais caro ao ser humano, a liberdade, nos torna muito sensíveis. Quando lidamos com temas delicados, essa experiência é representativa e significativa.

— **Corregedores têm duas principais maneiras de atuar, enfatizando a punição ou a orientação. Fará opção por alguma das duas?**

O tom da nossa atuação à frente da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo será de auxílio e orientação. Isso está muito claro e delimitado na minha diretriz e de toda a minha equipe de juízes auxiliares. O caráter punitivo não pode deixar de



Desembargador Fernando Antonio Torres Garcia, corregedor-geral da Justiça

existir, mas não é a atividade precípua da Corregedoria Geral. Nosso objetivo maior é de auxílio, apoio, orientação aos nossos magistrados de 1º grau. Tenho dito isso em todas as oportunidades as quais me manifesto. Não há mais lugar para uma atividade exclusivamente censora e punitiva. Temos magistradas e magistrados de muito valor, que necessitam do apoio de um órgão superior, na esfera jurídica e na esfera administrativa. A Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo estará sempre à disposição dos magistrados.

— **Como o senhor pretende se relacionar com as Comarcas do Interior do Estado e também do Litoral paulista que, tradicionalmente, enfrentam dificuldades no dia a dia da prestação jurisdicional?**

Nosso objetivo maior à frente da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo será a busca para dotar todas as Comarcas, independentemente de seus tamanhos, de recursos humanos necessários. Embora estejamos cientes

das dificuldades de ordem econômico-financeiras, é minha intenção, ao lado do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Ricardo Mair Anafe, levar a todas as Comarcas o mínimo necessário para que desenvolvam seus trabalhos com eficiência e rapidez. Não posso dar certeza de que iremos conseguir, mas certamente nossos esforços estão direcionados a atingir esse objetivo.

— **O senhor acredita que o Judiciário está mais próximo da sociedade? Como corregedor-geral da Justiça do Estado de São Paulo, o que pretende fazer para que isso aconteça?**

Tenho 38 anos de carreira na Magistratura paulista. O perfil de hoje é muito diferente daquele que havia quando comecei. Nós vivíamos encastelados nos fóruns, nos tribunais. Era uma condição da época, o modo de pensar de então. Acreditava-se que assim seria possível exercer a imparcialidade de uma forma mais efetiva. Hoje vivemos em um mundo globalizado, então é necessário que o juiz tenha contato com a sociedade. A conduta da magistrada e do magistrado junto à sociedade mostrará se isso é positivo ou não. É plenamente possível estabelecer um relacionamento com todos os entes de sua Comarca sem criar o mínimo de comprometimento. Digo por experiência própria e também de diversos colegas. Vou incentivar essa atitude por parte dos magistrados.

— **Como a Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo atuará na preservação dos direitos e das prerrogativas dos magistrados?**

A Corregedoria Geral da Justiça tem um papel fundamental na manutenção dos direitos e prerrogativas dos magistrados. A primeira atitude que podemos ter é responder à altura os ataques indevidos a eles dirigidos. Se

chegarem acusações fundamentadas serão apuradas, mas sem a preocupação de dar respostas que não expressem exclusivamente a verdade. Na defesa das prerrogativas, contaremos muito com o apoio da Apamagis, o braço político da Magistratura, como costume dizer. Já tive um primeiro contato com a presidente da Associação Paulista de Magistrados, Vanessa Mateus, mas vamos aprofundá-lo para um trabalho facilitado entre Corregedoria, Apamagis e os juízes de 1º grau. Essa atuação conjunta será uma tentativa de preservar a independência e as prerrogativas dos magistrados.

— **Qual mensagem o senhor gostaria de passar ao conjunto da Magistratura?**

Tenham na Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo um braço amigo, um órgão de apoio e auxílio. Minha equipe de juízes auxiliares e eu estaremos à disposição de toda a Magistratura de 1º grau, dedicada, prestativa e preocupada com a prestação jurisdicional de qualidade e de eficiência. ♦

TRAJETÓRIA

- ▼ Nasceu em 1959, na cidade de São Paulo.
- ▼ Formado pela Faculdade de Direito da USP (1982).
- ▼ Iniciou sua carreira na Magistratura em 1983, nomeado juiz substituto da 4ª Circunscrição Judiciária, em Osasco.
- ▼ Foi titular nas comarcas de Mirandópolis, Indaiatuba, Diadema e São Paulo, no Foro Regional da Lapa.
- ▼ Promovido a desembargador em fevereiro de 2008.
- ▼ Conselheiro da Escola Paulista da Magistratura nos biênios 2016/2017 e 2020/2021.
- ▼ Presidente da Seção de Direito Criminal do TJSP, no biênio 2018/2019.

Resposta rápida ao jurisdicionado

Qual o principal desafio que o senhor terá à frente da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo?

Avalio como principal desafio conciliar a dimensão e a importância do Direito Privado, a fim de garantir uma resposta rápida e com qualidade aos jurisdicionados. Somos a maior Seção do Tribunal de Justiça de São Paulo e, também, comparativamente a todos os demais Tribunais de Justiça do Brasil, o que nos impõe o enorme desafio a ser enfrentado. Por outro lado, a Seção de Direito Privado está bem estruturada, e os desembargadores e os juízes substitutos em 2º grau que a integram correspondem bem quando acionados.

Como conciliar a redução do acervo de processos sem sobrecarregar os magistrados?

Trata-se de uma missão quase que impossível, porque, para reduzir o acervo, é necessário aumentar a carga de trabalho dos magistrados. Contudo, com atuação contínua, repetitiva e dedicação, vamos tentar implantar enunciados e súmulas, o que facilitará o julgamento dos processos. Com isso, concretizaremos nossa intenção de diminuir o acervo paulatinamente. Devagar, mas sempre.

Quantos magistrados integram atualmente a Seção de Direito Privado?

No total, integram a Seção de Direito Privado 190 desembargadores e mais 45 juízes substitutos em 2º grau. Como se vê, o total de integrantes da Seção é significativo. No entanto, embora o



Desembargador Artur César Beretta da Silveira, presidente da Seção de Direito Privado

número de juízes substitutos tenha aumentado em relação a gestões passadas, ainda me parece ser insuficiente, diante da proporcionalidade e da dimensão da Seção quanto ao volume processual que representamos.

Que assuntos têm demandado mais atenção da Seção?

Os assuntos do Direito Privado dizem respeito à vida do cidadão. A Seção trata de temas como o direito de família, a pensão que não foi paga, a guarda dos filhos que está sendo discutida, o divórcio, a separação judicial, a herança, o inventário. Todos são temas que fazem parte do dia a dia da sociedade. Além disso, há questões relacionadas à prestação de serviço, planos de saúde, atendimento médico que é negado, assuntos de fundamental importância nesse momento de pandemia e que vêm sendo solucionados pelo Poder Judiciário. E é, em especial, o Direito Privado que acolhe essas demandas. Cabe ainda à Seção julgar processos em que o cidadão foi

prejudicado por algum prestador que não concluiu o serviço contratado e outros relacionados a empréstimos feitos em instituições bancárias e que não foram quitados – nesse caso, os bancos buscam a conciliação. É um rol de situações estreitamente ligadas à vida dos cidadãos, que, ao chegarem ao Tribunal de Justiça, encontram resposta no Direito Privado.

Quais tipos de problemas, na sua avaliação, a pandemia gerou para a Seção de Direito Privado?

Foram inúmeras as demandas de impacto social que chegaram à Seção de Direito Privado. Podemos exemplificar, citando o salário do trabalhador que não foi pago, o serviço não realizado, a pensão que não foi paga em razão da redução de renda ou do desemprego de quem deveria arcar com essa responsabilidade. Além da pensão alimentícia, há situações como as prestações do carro e da casa própria que, pelas razões acima citadas, também não puderam ser quitadas. A pandemia trouxe reflexo direto e imediato na vida do cidadão, que desembocou na Seção de Direito Privado.

O senhor já pode mensurar esse aumento?

Ainda não temos o percentual de aumento dessas demandas sociais. Mas, para se ter uma ideia, os atos processuais, as decisões de 2º grau aumentaram mais de 20% na pandemia.

O que o senhor espera dos magistrados da Seção de Direito Privado?

Confio absolutamente nas senhoras e nos senhores magistrados da Seção de Direito Privado. Tenho certeza de que eles corresponderam aos chamados da sociedade e responderam com eficiência ao chamado do Direito Privado. Penso que o Direito Privado é um só, embora dividido em subseções.

E o que os magistrados e as magistradas do Estado de São Paulo podem esperar do senhor?

Dedicação plena e completa. Minha meta é buscar o melhor e, conforme me expressei no meu discurso de posse na presidência da Seção de Direito Privado, fazer o melhor com o que temos, enquanto não temos melhores condições para fazermos melhor ainda. Dessa forma, faremos o melhor agora e também depois. É justamente isso que a sociedade espera de nós, magistrados, integrantes do Tribunal de Justiça de São Paulo. ♦

TRAJETÓRIA

- ▼ Nascido em Olímpia (SP,) em 1956.
- ▼ Formou-se na Faculdade de Direito da PUC-SP (1980).
- ▼ Antes da Magistratura, foi oficial de Justiça do TJSP e promotor na comarca de Londrina (PR), em 1981.
- ▼ Juiz substituto da 15ª Circunscrição Judiciária, em São José do Rio Preto, em 1982.
- ▼ Trabalhou nas comarcas de Cardoso, Salto e São Paulo.
- ▼ Juiz eleitoral de Guaianases, de 1994 a 1997.
- ▼ Removido a juiz substituto em 2º grau, em 1997.
- ▼ Desembargador do TJSP desde maio de 2005.
- ▼ Titular da Comissão do 185º Concurso de Ingresso na Magistratura.
- ▼ Eleito e reeleito para o Órgão Especial em 2016 e 2018.

Retorno à nova normalidade

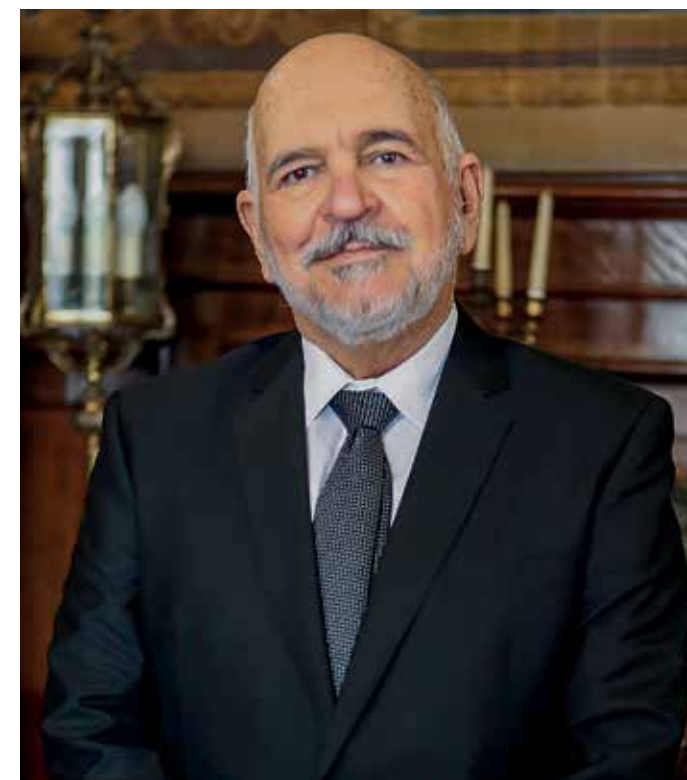
Quais são seus principais desafios à frente da Seção de Direito Criminal?

O principal desafio é o mesmo para todos os presidentes de Seção do Tribunal de Justiça de São Paulo: o retorno à nova normalidade. Não se voltará ao que era, mas determinadas Seções terão de ser presenciais, o que demandará cuidados redobrados, porque muitos desembargadores são, em virtude da idade, do grupo de risco da covid-19. Outro grande desafio, comum a todas as Seções, é lidar com o volume de processos, minimizando o máximo possível a sobrecarga aos magistrados. Mas, com a volta das atividades, a distribuição de processos aumentará.

Por outro lado, podemos dizer que nos anima o fato de termos conseguido diminuir o estoque de processos, julgando muito mais do que a quantidade de casos que ingressam no Tribunal. Apenas como referência, em fevereiro de 2014, o acervo da Seção de Direito Criminal era de mais de 70 mil processos. Terminamos o ano de 2021 com 37,2 mil processos, uma queda superior a 50%. Em 2020 foram distribuídos 176,4 mil processos aproximadamente, mas julgamos cerca de 216,1 mil. Isso mostra o comprometimento e o trabalho de magistrados e servidores.

O que o senhor espera dos magistrados da Seção de Direito Criminal em termos de trabalho? E o que eles podem esperar do senhor?

Os magistrados sempre atuaram com dedicação para atender os jurisdicionados. Dentro deste propósito,



Desembargador Francisco José Galvão Bruno, presidente da Seção de Direito Criminal

espero que todos continuemos fazendo o que sempre fizemos. Sabemos das dificuldades, mas não nos negamos a enfrentá-las para fazer nosso melhor. Os magistrados podem contar comigo para auxiliá-los a cumprir suas missões na Magistratura, em tudo o que me for possível. Mais do que isso é impossível prometer. É claro que podem contar, também, com a compreensão sobre eventuais problemas e dificuldades que possam ocorrer, bem como com ajuda na tentativa de solucioná-los

Estamos a postos para, via diálogo, resolver as questões que se apresentam. Na área criminal atuamos nos conflitos que surgem quando há violação às leis que, comumente, interferem na paz do cidadão, da comunidade e da sociedade de forma geral. Podemos, se trabalharmos de forma harmônica e eficiente, contribuir em muito para a construção de uma sociedade que possa evoluir de forma mais apaziguada.

Quais são as dificuldades a que o senhor se refere?

Creio que a principal, atualmente (deixando de lado, claro, o excessivo número de recursos), é a organização e manutenção dos trabalhos em cada gabinete. Temos quatro assistentes e dois escreventes, o que é pouco em face do volume de trabalho. Muitas das vezes temos vacância nessas funções, e leva algum tempo para a reposição desse servidor que sai.

A formação completa do gabinete de juiz substituto em 2º grau, o chamado “pinguim”, também leva tempo, mas, tão logo o magistrado atinge esse patamar, já começa a receber distribuição de processos. Vale destacar que o Tribunal está com concursos em andamento para suprir parte da demanda em 1º e 2º graus para escrevente técnico judiciário.

Como a Seção é estruturada para os julgamentos dos processos? Os desembargadores e juízes são divididos em grupos? Qual é a rotina?

Os recursos são julgados por Câmaras constituídas por cinco desembargadores e, normalmente, um “pinguim”. As Câmaras, por sua vez, juntam-se em grupos, duas a duas, para julgamento de revisões criminais e outros incidentes relacionados a elas (habeas corpus, embargos de declaração, por exemplo). Há também a Turma Especial, formada por um desembargador de cada Câmara, totalizando 16 membros. Cabe a ela julgar questões controversas, para a uniformização da jurisprudência. Em síntese, é isso.

Durante a pandemia, houve uma sobrecarga de processos na Seção de Direito Criminal? Que tipos de processos mais demandaram neste período?

De início, ao menos, não me parece que tenha havido uma sobrecarga de processos; pelo contrário. Houve, sim, um acréscimo no número de processos julgados em 2ª instância. O home

office, embora seja discutível a possibilidade de sua adoção como regra, sem dúvida, contribui para a produtividade. Na 1ª instância, houve, no começo, até uma diminuição, aliás, natural: como realizar audiências? Depois, fomos nos adaptando (refiro-me a todos os juízes) com o surgimento da audiência virtual, por teleconferência.

Queria ressaltar o grande trabalho do Conselho Superior da Magistratura da última gestão, capitaneado pelo presidente, o grande magistrado Geraldo Pinheiro Franco. Enfrentou-se uma situação historicamente inédita, com resultado magnífico. Criou-se um novo Tribunal, em cerca de dois ou três meses. O aumento da produtividade é reflexo disso.

A sessão de julgamento virtual nesta Corte teve um efeito muito importante: democratizou-se a possibilidade de realizar sustentações orais, podendo o advogado acompanhar a sessão de seu escritório ou em qualquer lugar que esteja. Isso é um ganho enorme, especialmente para os casos de comarcas distantes, já que há redução de custos com transporte ou até mesmo pernoite, dependendo da distância. ◆

TRAJETÓRIA

- ▼ Nascido em Ourinhos (SP), em 1950.
- ▼ Formado pela Faculdade de Direito de Bauru (1978).
- ▼ Antes da carreira na Magistratura, foi oficial de Justiça.
- ▼ Assumiu o cargo de juiz substituto em 1982, na 33ª Circunscrição Judiciária, com sede em Jaú.
- ▼ Trabalhou nas Comarcas de Pacaembu, Lençóis Paulista e na Capital.
- ▼ Foi corregedor dos presídios de SP e da Polícia Judiciária da Capital.
- ▼ É desembargador do TJSP desde 2008.

Confiança no Judiciário

Qual o seu principal desafio à frente da Seção de Direito Público?

O número de demandas tem crescido exponencialmente. A vasta judicialização dos interesses (para não falar em demandismo) mostra que a população, malgrado tenha alguma recalcitrância no que toca ao Poder Público, de forma geral, parece ter confiança nele, e submete seus pleitos à Justiça. Nas décadas de 80 e 90, quando passei pelas Varas da Fazenda Pública da Capital, a média de feitos em andamento por Vara era de 6 mil/7 mil.

Hoje, as menos asoerbadadas têm, em média, o triplo dessa quantia. Outra questão que preocupa é o fato de que as ações em que as Fazendas Públicas são condenadas têm a sua execução efetuada pelo sistema de precatórios, nos termos do art. 100 da Constituição Federal, e tal sistema, apesar do esforço de magistrados e funcionários da diretoria específica, é ainda burocratizado e indesejavelmente lento.

Como conciliar a redução do acervo de processos sem sobrecarregar os magistrados?

Pergunta difícil de responder. O tema tem sido objeto de atenção, não apenas por parte da Seção, mas da Corte como um todo e, sem dúvida, também do Conselho Nacional de Justiça. As alterações introduzidas em nossa legislação processual, como as Súmulas Vinculantes e a readequação de julgados à luz de julgamentos das Cortes superiores, entre outras, parecem não ter surtido o efeito desejado.

A solução está em um melhor apare-



Desembargador Wanderley José Federighi, presidente da Seção de Direito Público

lhamento dos gabinetes. Existe estudo para a colocação de um quinto assistente nos gabinetes, o que auxiliaria bastante. Um staff mais bem aparelhado redundaria em menor desgaste para os julgadores.

Quantos magistrados integram a Seção?

Atualmente são 90 desembargadores e 21 juízes substitutos de 2º grau. Parece um número grande, mas não devemos nos esquecer do volume de serviço e de que esse número, às vezes, oscila, por conta de aposentadorias ou outras intercorrências.

Que assuntos têm demandado mais atenção da Seção?

Para ficarmos apenas nos últimos dois anos, o maior número de processos diz respeito à concessão de auxílio-acidente, matéria de competência das duas Câmaras especializadas de Acidentes do Trabalho. Em 2020, foram analisados 22.499 recursos dessa matéria; em 2021, 23.961, o que mostra uma tendência de aumento. Outro tema muito discutido diz respeito às diversas ações tributárias, referentes

à cobrança do IPTU, computando-se, nesse tópico, ações de execução fiscal, em número expressivo, e ações antiexacionais diversas movidas pelos contribuintes. Foram 22.406 em 2020 e 19.762 em 2021.

Ainda são de se destacar as ações referentes à cobrança do ICMS; as ações movidas por servidores públicos, referentes ao sistema remuneratório e benefícios, reajustes de remuneração, proventos ou pensão; a questão do fornecimento de medicamentos a hipossuficientes e outras, em volume expressivo. A improbidade administrativa, ainda que menos expressiva em termos numéricos, é um tema preocupante, em especial pelo abalo que causa na credibilidade e confiabilidade dos administradores públicos perante a população.

Que tipos de problemas a pandemia gerou para a Seção de Direito Público?

Houve, inicialmente, um grande desencontro das autoridades do Executivo a respeito de como combatê-la; discutiu-se sobre a competência de autoridades locais para decretar medidas como o fechamento do comércio, restrições à circulação dos cidadãos e outras.

Houve reflexos quase imediatos no que tange à suspensão do pagamento de precatórios, pedido formulado por várias Prefeituras, gerando uma intensa polêmica. O Fisco, por seu turno, precisou adotar medidas mais brandas no que tange ao recolhimento de tributos, tendo entrado em vigor diversos atos nesse sentido. Houve aumento de demandas por fornecimento de medicamentos e tratamentos.

Em nível administrativo, foi necessária uma adaptação geral ao sistema de trabalho home office, para evitar-se as aglomerações nos prédios do Judiciário, além das sessões de julgamento virtuais. Apesar disso,

a produtividade foi boa, no que tange ao número de decisões proferidas.

O que o senhor espera do grupo que hoje compõe a Seção em termos de trabalho? O que o grupo pode esperar do senhor?

Sinto que devo saudar a todos os magistrados que compõem não apenas as diversas Câmaras de nossa Seção, mas também os colegas de 1ª instância das Varas de Fazenda Pública, de Acidentes do Trabalho e Cíveis com competência cumulativa, pela reconhecida qualidade dos trabalhos desenvolvidos na área do Direito Público. O trabalho é complexo, difícil, mas está a fluir de uma forma mais objetiva, mais esportiva, o que vem em benefício dos jurisdicionados, e esse é o nosso objetivo maior.

O Judiciário paulista é referência em todo o país e conta com magistrados de escol. Sei que dos que integram a Seção de Direito Público posso esperar o melhor. Quanto a mim, os colegas podem ter a certeza de que farei tudo a meu alcance para respaldá-los, honrando as tradições de nosso grandioso Tribunal de Justiça. ♦

TRAJETÓRIA

- ▼ Nasceu em São Paulo, no ano de 1957.
- ▼ Formado pela Faculdade de Direito da USP (1979).
- ▼ Mestre e doutor pela mesma instituição.
- ▼ Ingressou na Magistratura em 1983 no cargo de juiz subs. da 47ª Circunscrição Judiciária, em Taubaté.
- ▼ Foi juiz titular nas comarcas de Paulo de Faria, Campo Limpo Paulista e em São Paulo.
- ▼ Removido ao cargo de juiz substituto em 2º grau no ano de 2002.
- ▼ Promovido a desembargador em 2007.

Valorização do trabalho consolidado

Quais serão seus maiores desafios à frente da Escola Paulista da Magistratura, na sua avaliação?

Temos o compromisso com a pluralidade, modernização e maior participação nos cursos e eventos da Escola. Pretendemos valorizar o trabalho consolidado, a qualificação e o comprometimento de todos aqueles que contribuem para as atividades da nossa Escola. Queremos contar cada vez mais com iniciativas capazes de promover a aprendizagem e capacitação, além da reflexão e debates sobre temas atuais. Nosso desafio será criar condições para a retomada das atividades presenciais e implementar atividades semipresenciais.

Na sua opinião, de que maneira a Escola Paulista da Magistratura, como órgão de aperfeiçoamento do conhecimento dos magistrados, pode ajudar o Poder Judiciário do Estado de São Paulo a enfrentar os desafios aos quais está exposto?

A EPM promove atividades voltadas à produção de conhecimentos e, nesse ambiente, certamente contribui para fortalecer os caminhos que asseguram a prevalência da institucionalidade.

O senhor falou em descentralizar as atividades da Escola. Como pretende orientar a interface com o Interior e outras regiões do Estado?

Os núcleos regionais da EPM já existem e pretendemos ampliar as atividades, com maior participação dos colegas e realização de novos projetos.



Desembargador José Maria Câmara Júnior, diretor da Escola Paulista da Magistratura (EPM)

Pretendemos realizar eventos presenciais da EPM e da EJUS, em várias regiões, contando com a participação de professores convidados que comparecerão aos eventos juntamente com a direção da Escola.

Neste curto período em que o senhor está à frente da Escola Paulista da Magistratura já implantou novos projetos ou mudanças?

Estamos trabalhando na modernização da comunicação social da Escola. Finalizamos o projeto do curso de mestrado profissional que será apresentado para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Vamos acompanhar pessoalmente esse processo.

A criação de um curso de mestrado profissional é um projeto antigo da Escola Paulista da Magistratura, que contou com o árduo trabalho de colegas. Também iremos ampliar parcerias com escolas internacionais e celebrar convênios com departamentos culturais de representações estrangeiras. Estamos criando condições para obter

o Qualis Capes, para classificar e certificar a produção científica da nossa revista. Foram criadas as coordenadorias das áreas de precedentes qualificados, violência doméstica/familiar e gênero, direito digital, produções científicas e direito bancário.

No próximo mês serão realizados eventos rápidos no novo auditório, com sistema semipresencial, reunindo as coordenadorias de área. Na EJUS estamos finalizando um programa de apoio ao serviço de gabinetes, com a criação de tutoriais para transmitir conteúdo e informações, ensinando o “passo a passo” para utilização das ferramentas tecnológicas que o Tribunal de Justiça oferece.

O que os magistrados e magistradas podem esperar da gestão da Escola Paulista de Magistratura neste biênio?

Vamos trabalhar as ações pedagógicas a partir da comunicação e do diálogo dentro do processo de ensinar e aprender, construindo novas formas de produção de conhecimentos. Pretendemos abrir mais espaço e novos caminhos para a Escola Paulista da Magistratura. Atravessamos um período muito difícil de crise sanitária, mas a Escola não parou, ao contrário, criou mais, cresceu mais e, agora, o desafio é avançar com atividades no formato presencial, semipresencial ou remoto.

É fundamental contar cada vez mais com a participação de colegas que reúnem qualificação acadêmica. Vamos acompanhar e criar melhores condições para os cursos de iniciação, formação e acompanhamento de juízas e juízes novos. Pretendemos investir mais na capacitação de nossos servidores. Criar um ambiente de participação e solidariedade. Como disse na solenidade de posse da nova diretoria e conselho da Escola, é importante saber cuidar das pessoas. ◆

TRAJETÓRIA

▼ Nasceu em São Paulo, em 1961.

Formado em Direito pela PUC-SP (1984). Doutor em Processo Civil.

▼ Iniciou a carreira na Magistratura em 1986, como juiz subs. da 8ª Circunscrição Judiciária, em Campinas.

▼ Judicou nas comarcas de Guará, Avaré, São Caetano do Sul e São Paulo.

▼ Juiz substituto em 2º grau no ano de 2011.

▼ Promovido a desembargador do TJSP em 2017.

TRE-SP

Foco total na transparência

Cúpula do TRE-SP enfatiza disposição para combater disseminação de informações falsas

O desembargador Paulo Galizia, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) para o biênio 2022-23, ressaltou durante sua posse, em fevereiro, a disposição de garantir a estabilidade, lisura, segurança e transparência do processo eleitoral. “Não pouparemos esforços. As próximas eleições serão um sucesso”, afirmou, ratificando sua confiança na Justiça Eleitoral, no corpo de servidores e nas urnas eletrônicas. A vice-presidência e o comando da Corregedoria são do desembargador Silmar Fernandes.

A cerimônia virtual da posse, ocorrida em fevereiro, contou com a presença da presidente da Apamagis, Vanessa Mateus, e foi marcada por discursos que destacaram a importância dos tribunais regionais e, em particular, o trabalho da Corte Paulista.

Fernandes lembrou de sua primeira passagem pela Corte, como juiz, entre 2013 e 2016. Em sua fala, o magistrado foi enfático ao alertar sobre o risco da disseminação de informações falsas. “Todos precisam estar atentos, sob o risco de comprometer a transparência do processo eleitoral”, lembrou.

Os argumentos de Fernandes foram reforçados pelo juiz eleitoral Maurício Fiorito, que falou em nome dos integrantes do TRE-SP. Fiorito sublinhou que cabe à Justiça eleitoral a máxima atenção no papel de organizar, fiscalizar, apurar e julgar as eleições e os candidatos eleitos.

Representante do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro Alexandre de Moraes, a exemplo dos colegas, reforçou o empenho na luta contra a desinformação no processo eleitoral. Ele estará no comando da



Paulo Galizia, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo



Silmar Fernandes, vice-presidente e corregedor eleitoral

Corte durante as eleições deste ano. O magistrado demonstrou firmeza ao reafirmar o combate às milícias digitais, aos discursos de ódio e aos impulsionamentos de mensagens com propósito de agredir e difamar. “A principal diferença das eleições de 2018 é que agora a Justiça Eleitoral sabe o que ocorreu e como combater”, afirmou. ◆

* Com informações do TRE-SP

TJMSP

Dinamismo e inovação

Novo presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado destaca ênfase na prestação jurisdicional

Ao ser empossado em março como presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado no biênio 2022/2023, o juiz Orlando Eduardo Geraldi afirmou que é preciso um constante aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, dando continuidade ao trabalho de presidências anteriores da Corte. “Gerir com dinamismo e inovação não é opção, mas necessidade contemporânea”, ressaltou. A Apamagis foi representada na cerimônia pela presidente, Vanessa Mateus. Também foram investidos nos cargos o vice-presidente, juiz Paulo Adib Casseb, o corregedor-geral, juiz Enio Luiz Rossetto, e o ouvidor, juiz Clovis Santinon.

O presidente do TJSP, Ricardo Mair Anafe, enfatizou o valor da Polícia Militar. “É uma instituição que merece a admiração de toda a sociedade”, disse. A procuradora-geral do Estado, Maria Lia Porto Corona, representando o Poder Executivo, destacou a qualidade da Justiça Militar. “Tenho certeza de que

esta Corte permanecerá exercendo suas funções de forma a garantir a segurança da sociedade”, frisou.

O ex-governador Márcio França enalteceu a Polícia paulista, a importância da corporação para o Estado e afirmou que a contrapartida da sociedade é o respeito por sua honra. “A PM de São Paulo é uma das instituições mais idôneas que conheci”, ressaltou. Alexandre de Sá Domingues, representante da OAB SP, lembrou da parceria entre advocacia, Justiça e Corte Militar. “Isso contribui para uma sociedade mais justa e fraterna”, afirmou.

O procurador João Machado de Araújo Neto, representando o Ministério Público, citou a importância da Justiça Militar no contexto da Justiça Brasileira. “Os militares serem julgados por seus pares não traduz tratamento privilegiado. Ao contrário, garante a correta aplicação da Justiça”, afirmou. O deputado estadual Campos Machado (Avante), representando a Assembleia Legislativa, lembrou com estima do cel. Antonio Augusto Neves, ex-presidente do TJM e diretor de Segurança da Apamagis, e destacou a lisura da Corte. “Nunca soube que tenha agido em desconformidade com a lei”, afirmou. .

A desembargadora Tania Regina Silvia Reckziegel, do TRT-4ª Região, foi homenageada com o colar do mérito Judiciário das Justiças Militares Estaduais. ◆

** Com informações do TJMSP*



Corregedor-geral da Justiça Militar Paulista, juiz Enio Luiz Rossetto; vice-presidente do TJMSP, juiz Paulo Adib Casseb e juiz presidente do TJMSP, Orlando Eduardo Geraldi



OFERECEMOS OS MELHORES SEGUROS PARA VOCÊ OU SUA EMPRESA



Saúde
Individual
e Familiar



Saúde e
Odontologia
Empresarial



Seguro
de Vida



Previdência
Privada



Seguro para
Autos



Ramos
Elementares

Trabalhamos com as Principais Seguradoras e Operadoras do País e nossa equipe possui mais de 30 anos de experiência em consultoria e gestão de seguros



Sollus
CONSULTORIA EM SEGUROS



nossas redes sociais

11 3256-8186
www.solluscorretora.com.br

SEGURO DE VIDA

Descubra as
vantagens:



**Proteção pessoal
e familiar**



**Manutenção do
padrão de vida**



**Garantia dos
Custos com
educação**



**Liquidez com
indenização livre
de inventário**



**Condição
extensiva para
cônjuge**

* Benefício para proponentes com a
imunização completa.

Tranquilidade que você e sua família merecem

Sabemos o quanto a vida pode ser imprevisível, e por isso, a **APAMAGIS** e **MDS** disponibilizam aos associados **condições especiais** para proteção familiar e pessoal.

MDS



Proteger o seu mundo
é a nossa ambição.

Posto APAMAGIS
(11) 3104 2933

Central MDS
Capital: 55 (11) 3169 8999
Demais regiões: 0800 400 5991
WhatsApp: (11) 97347 7844
apamagis@mdsgroup.com